



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

Heloísa de Medeiros Diniz

**A DESIGUALDADE DE ACESSO AOS CARGOS DE PODER: o que pensam as
deputadas federais**

Brasília

2024

Heloísa de Medeiros Diniz

**A DESIGUALDADE DE ACESSO AOS CARGOS DE PODER:
o que pensam as deputadas federais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para à obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor.

Orientadora: Profa. Dra. Giovana Dal Bianco Perlin

Área de Concentração: Poder Legislativo

Linha de Pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Brasília

2024

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura:



Data: 22/04/24

Diniz, Heloísa de Medeiros.

A desigualdade de acesso aos cargos de poder [manuscrito] : o que pensam as deputadas federais / Heloísa de Medeiros Diniz. -- 2024.

91 f.

Orientadora: Giovana Dal Bianco Perlin.

Impresso por computador.

Dissertação (mestrado profissional) -- Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2024.

1. Mulher na política, Brasil. 2. Igualdade de gênero, Brasil. 3. Representação política, Brasil. 4. Poder legislativo, Brasil. 5. Deputado federal, Brasil. I. Título.

CDU 396.9(81)

Bibliotecária: Fabyola Lima Madeira – CRB1: 2109



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Poder Legislativo

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título do trabalho de conclusão: A DESIGUALDADE DE ACESSO AOS CARGOS DE PODER: o que pensam as deputadas federais

Autora: **Heloisa de Medeiros Diniz**

Área de concentração: Poder Legislativo

Linha de pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Trabalho de conclusão de curso submetido à Comissão Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Poder Legislativo**.

Trabalho aprovado em 1º de abril de 2024.

Prof.^a Dr.^a Giovana Dal Bianco Perlin
Programa de Pós-Graduação/Câmara dos Deputados

Prof.^a Dr.^a Malena Rehbein Rodrigues Sathler
Programa de Pós-Graduação/Câmara dos Deputados

Documento assinado digitalmente
gov.br PAULA GABRIELA MENDES LIMA
Data: 10/04/2024 11:27:09 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Paula Gabriela Mendes Lima
Universidade Federal de Goiás

Dedico este trabalho às valentes mulheres que, com coragem e sacrifício, se arriscaram e pereceram na luta por nossos direitos políticos. Sem seu legado e incansável empenho, a realização desta pesquisa seria apenas um sonho distante.

Agradecimentos

Expresso minha profunda gratidão a todos que colaboraram para a concretização deste estudo, especialmente aos meus familiares, professores e colegas. Aos meus pais e ao meu irmão, cujo apoio e estímulo permeiam cada desafio que enfrento. Ao meu companheiro, que me guia diariamente para a descoberta de minhas potencialidades. À minha orientadora, pela dedicação incansável, encorajamento e excelentes direcionamentos. E às deputadas federais entrevistadas, que engrandeceram este trabalho com seus fascinantes e sinceros relatos.

“A presença das mulheres em cargos de liderança não é uma questão de competição entre sexos, mas uma forma de melhorar os processos e resultados. É preciso garantir oportunidades para as mulheres crescerem em suas carreiras e não serem limitadas a posições subalternas.” (Deputada Federal, 9)

RESUMO

Por meio da análise dos desafios enfrentados pelas Deputadas Federais na busca por cargos de poder, este estudo se propõe a investigar de forma mais aprofundada o problema da representatividade feminina em posições estratégicas de tomada de decisão no Legislativo brasileiro. A pesquisa tem como objetivo caracterizar e compreender as barreiras de acesso e permanência enfrentadas pelas parlamentares na busca por cargos de poder, tais como cadeiras na Mesa Diretora ou relatorias do Orçamento. A justificativa reside na persistente dificuldade de mulheres ocuparem esses postos, a despeito do aumento tímido da representação feminina no parlamento. Por meio da análise quantitativa de dados referentes à ocupação de cargos na 56ª legislatura e de análise qualitativa de entrevistas com deputadas federais da 57ª legislatura, este trabalho identifica obstáculos que permeiam a rotina das mulheres na Câmara dos Deputados, como a escassez de tempo, autopercepção negativa sobre suas qualidades, desafios relacionados às redes de contatos e influência dos papéis tradicionais de gênero. A partir de uma compreensão mais aprofundada das complexidades que permeiam a participação feminina nos processos decisórios, esta pesquisa visa contribuir para a análise dos obstáculos enfrentados pelas mulheres na política, aspirando a desconstrução dessas estruturas e abrindo espaço para a discussão acerca dos impactos positivos que a representação feminina pode ter para todo o país.

Palavras-Chave: Poder Legislativo. Representação Feminina. Desigualdade de Gênero. Gênero e Política.

ABSTRACT

Through the analysis of the challenges encountered by Federal Deputies in seeking positions of power, this study aims to delve more deeply into the issue of female representation in strategic decision-making positions within the Brazilian Legislature. The research aims to go beyond mere female election, focusing on the barriers to access and continuity faced by female parliamentarians in seeking positions of power, such as seats in the Board or budgetary reporting. The justification lies in the persistent difficulty for women to occupy these positions, despite the modest increase in women's representation in parliament. Through the quantitative analysis of data related to the occupation of positions in the 56th legislature and qualitative interviews with federal deputies from the 57th legislature, this work identifies various obstacles that permeate the daily lives of women in the Chamber of Deputies, including time constraints, negative self-perception of their qualities, challenges related to networking, influence of traditional gender roles, and gender-based political violence. Based on a deeper understanding of the complexities surrounding female participation in decision-making processes, this study aims to contribute to the analysis of the obstacles faced by women in politics, aspiring to dismantle these structures and opening space for discussion about the positive impacts that female representation can have for the entire country.

Keywords: Legislative Power. Women's representation. Gender Inequality. Gender and Politics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “Degraus” da presença política	32
Figura 2 – Presidência das Comissões Permanentes	47
Figura 3 – Presidência das Comissões Especiais	48
Figura 4 – Relatoria das Comissões Especiais	48
Figura 5 – Presidência da CMO	51
Figura 6 – Membros da Mesa Diretora	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias dos Discursos Parlamentares.....	40
Quadro 2 - Categorias de análise.....	41
Quadro 3 – Classificação dos partidos da 57ª legislatura.....	44

LISTA DE SIGLAS

CESP	Comissão Especial
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
LOA	Lei Orçamentária Anual
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PV	Partido Verde
PPS	Partido Popular Socialista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PR	Partido da República
PL	Partido Liberal
PP	Partido Progressistas
DEM	Democratas
PSD	Partido Social Democrático
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PTdoB	Partido Comunista do Brasil
PEN	Partido Ecológico Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 GÊNERO E REPRESENTAÇÃO	21
2.1. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO DE MULHERES.....	22
3 A DESIGUALDADE DE GÊNERO DENTRO DO CAMPO POLÍTICO	28
3.1 ENTRAMOS EM CAMPO, E AGORA?.....	29
3.2 HARD POLITICS X SOFT POLITICS.....	32
3.3 O IMPACTO DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO NA ATUAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES.....	35
4 METODOLOGIA	39
4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA.....	39
4.2 ANÁLISE QUALITATIVA.....	41
4.2.1 Amostra.....	44
5 O QUE DIZEM OS NÚMEROS DA 56ª LEGISLATURA	46
5.1 PRESIDÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTE.....	46
5.2 PRESIDÊNCIA E RELATORIA DAS COMISSÕES ESPECIAIS.....	47
5.3 PRESIDÊNCIA E RELATORIA DAS CPIs.....	50
5.4 PRESIDÊNCIA DA CMO E RELATORIA DO ORÇAMENTO.....	51
5.5 CADEIRA NA MESA DIRETORA.....	52
6 RESULTADOS E ANÁLISE: SOB A ÓTICA DAS DEPUTADAS FEDERAIS	54
6.1 O TEMPO COMO UM RECURSO ESCASSO.....	54
6.2 AMBIÇÃO POLÍTICA E AUTOPERCEPÇÃO DE QUALIFICAÇÃO.....	56
6.3 REDE DE INFLUÊNCIA E O OLD BOYS' CLUB.....	61
6.4 COMPORTAMENTOS E PAPÉIS TRADICIONAIS DE GÊNERO.....	64
6.5 PERCEPÇÃO DA EXCLUSÃO DE POSIÇÕES ESTRATÉGICAS DE PODER.....	70
7 CONCLUSÃO	75
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES	85

1 INTRODUÇÃO

Em 1934, a eleição de Carlota Pereira de Queirós como a primeira Deputada Federal do Brasil¹ marcou um momento significativo ao quebrar, ainda que timidamente, a barreira que historicamente separava a esfera política do universo feminino. Entretanto, ao longo da história política brasileira, uma mulher nunca ocupou a posição de Presidente da Câmara dos Deputados, nunca relatou uma Reforma encaminhada pelo Poder Executivo e relatou o Orçamento da União apenas uma vez. Afinal, por que isso acontece? Quais são as razões subjacentes a essa ausência de representatividade feminina em posições de destaque?

O estudo da representatividade política de minorias se fundamenta na importância de assegurar a todos os segmentos da sociedade a capacidade de influenciar as decisões públicas, uma vez que a igualdade política é um dos mais basilares fundamentos da democracia. Desse modo, no que diz respeito às mulheres, ganham relevância as pesquisas sobre a representatividade política de gênero e os constrangimentos enfrentado pelas mulheres para dar expressão a suas vozes e interesses nos espaços de tomada de decisão. Minoria política, no Brasil mulheres representam 52,65% das pessoas aptas a votar (TSE, 2022).

Nesse contexto, emergem as críticas feministas à dicotomia "público x privado" e à divisão sexual do trabalho, como evidenciado nas pesquisas de Miguel e Biroli (2011) e Cotta e Farage (2022). Esses estudos proporcionaram uma compreensão aprofundada da segregação de espaços na sociedade e elucidaram de que maneira esses paradigmas constituem obstáculos à plena inclusão das mulheres no cenário político. Tais estudos serão fundamentais para o presente debate.

Antes de prosseguir com esta discussão, é necessário elucidar alguns dos conceitos fundamentais que guiaram esta pesquisa. Em primeiro lugar, o estudo adotou o "gênero" como categoria de análise, conforme proposto por Scott (2017). Isso implica considerar o gênero como uma ferramenta analítica que viabiliza a compreensão das desigualdades historicamente construídas a partir das diferenças entre os sexos.

¹ Carlota Pereira de Queirós era médica paulista e foi eleita com o apoio da elite local e do segmento feminino. Participou dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte na Comissão de Educação e Saúde, onde elaborou o primeiro projeto sobre a criação de serviços sociais no País. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/carlota-queiros.html>. Acesso em 01 out. 2022.

Em segundo lugar, utilizou-se o conceito de dualidade "público x privado" como uma estrutura organizacional da sociedade em que a esfera pública denota o espaço de discussões, debates e tomadas de decisão (mais valorizado e monetizado), enquanto a esfera privada abrange o domínio doméstico das relações íntimas e pessoais (menos valorizado e não monetizado).

Dessa separação decorre outro importante conceito: a divisão sexual do trabalho. Essa divisão se caracteriza como uma distribuição de responsabilidades na sociedade que designou às mulheres papel principal na execução de tarefas domésticas e de cuidado, associados à esfera privada, enquanto atribuiu aos homens o protagonismo na participação nos espaços públicos, onde desempenham atividades de deliberação e tomada de decisão.

Atualmente, o cenário não se encontra tão rigidamente delimitado, dado que as mulheres passaram a se inserir nos espaços públicos, especialmente a partir dos movimentos feministas iniciados no século XIX. No entanto, uma vez restritas por tanto tempo à esfera privada, elas, ainda que migrem para o campo público, o fazem em maior desvantagem, quando esse local já está ocupado pelos homens, fazendo com que eles precisem “ceder espaço” para as novas integrantes (Araújo; Biroli, 2011).

Estudos acerca dos obstáculos à entrada feminina na política brasileira, como os discutidos por Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli e Giovana Perlin, evidenciaram desafios enfrentados pelas mulheres não somente para adentrarem na arena política, mas também para atuarem como protagonistas, exercendo o pleno direito à representação. O primeiro avanço formal para lidar com a desigualdade de ingresso foi a Lei nº 9.100, de 1995 (Brasil, 1995), de autoria da Deputada Federal Marta Suplicy, que estabeleceu a exigência de preenchimento mínimo de 20% das candidaturas de cada partido ou coligação por mulheres.

Dentre outras normas, destacam-se a Lei nº 12.034, de 2009 (Brasil, 2009), que fixou a exigência de no mínimo 30% de candidaturas de cada gênero em eleições proporcionais, e a Emenda Constitucional nº 117, de 2022 (Brasil, 2022), que estabeleceu a destinação mínima de 30% dos recursos públicos para a campanha eleitoral das candidaturas femininas, de forma proporcional ao número de candidatas.

Contudo, apesar dessas iniciativas, a representação feminina na política brasileira ainda não atingiu níveis comparáveis à média de outros países democráticos. A Inter-Parliamentary Union (World Classification) mostra que, em 2024, o Brasil ocupa, em um total de 185 países, o

135º lugar em presença de mulheres no Poder Legislativo (câmara baixa ou unicameral), com menos de 17.5% de mulheres na Câmara dos Deputados. A média sul americana é de 31.2% de ocupação.

Diante desse cenário, as pesquisas sobre a representação numérica das mulheres, tais como Araújo e Alves (2007) e Feitosa (2010), são ainda muito relevantes. Essas análises exploram questões relacionadas às candidaturas femininas, cotas eleitorais e incentivos formais e materiais destinados a promover a participação política das mulheres, sendo imprescindíveis para que seja possível quebrar as barreiras que restringem a voz feminina à esfera privada.

Contudo, apesar da importância da observação da participação numérica, torna-se crucial examinar a ocupação dos espaços de influência e poder pelas mulheres após conquistarem assentos parlamentares. É imperativo questionar se as mulheres realmente ocupam posições que conferem poder substantivo na tomada de decisões no âmbito da política institucional.

Recentemente, alguns estudos, notadamente os de Miguel e Biroli (2011), Perlin (2019) e Perlin e Moor (2022), têm direcionado sua atenção para o problema da ocupação e permanência de mulheres nos centros mais proeminentes do cenário político. Em outras palavras, essas pesquisas passaram a analisar o período "pós-ingresso" na política, uma vez que a mera conquista de uma cadeira no Parlamento por uma mulher não tem, por si só, solucionado o desafio da representatividade feminina. O espaço político reproduz os desafios dos espaços sociais, circunscrevendo a participação das mulheres a espaços pouco valorizados na política ou coadjuvantes (Perlin, 2019).

Ao longo de quase dois séculos de existência do Parlamento, jamais uma mulher ocupou a posição de Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A eleição de mulheres para presidir as Comissões de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e do Senado Federal², instâncias de grande relevância nessas Casas Legislativas, constitui um fenômeno recente. Este trabalho argumentará que tal situação não se deve à escassez numérica de mulheres, mas sim às barreiras específicas que enfrentam na disputa por cargos de poder, barreiras estas estruturais, que não são enfrentadas por seus colegas do sexo masculino.

² A Senadora Simone Tebet (MDB/MS) foi eleita presidente da CCJ para o biênio 2019-2020 e a Deputada Bia Kicis (PL/DF) foi eleita presidente da CCJC em 2021.

Em outras palavras, as cotas e outras medidas destinadas a ampliar a presença feminina nos espaços públicos, embora representem um avanço formal, não asseguraram que as demandas femininas fossem plenamente consideradas em todos os processos de tomada de decisão. Conforme observado por Miguel e Biroli (2011), há a possibilidade de que grupos marginalizados ingressem no campo político sem efetivamente romperem com as estruturas de desigualdade de posições, dado que as restrições materiais que os afastam do centro do campo permanecem inalteradas.

Diante desse cenário, esta pesquisa visa compreender os fatores que contribuem para que, mesmo quando algumas mulheres migram do espaço privado para o público, estas permaneçam isoladas de posições de poder relevantes, resultando na contínua exclusão dos principais processos decisórios.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo principal identificar, a partir da perspectiva (autopercepção) das parlamentares, as barreiras de acesso e permanência enfrentadas pelas deputadas federais na busca por posições estratégicas de poder e de tomada de decisões dentro da Câmara dos Deputados.

A premissa subjacente a este projeto é que a mera conquista de cadeiras por mulheres não é suficiente para superar as barreiras históricas de exclusão, não conferindo a elas a capacidade de influenciar de maneira significativa os espaços decisórios relevantes. Além disso, observa-se que a divisão sexual do trabalho transposta para o âmbito do Poder Legislativo atribui maior relevância aos homens em questões de destaque nacional, enquanto as mulheres são muitas vezes relegadas a assuntos de menor visibilidade, impactando diretamente em sua perspectiva de ascensão e em seu desempenho nas negociações inerentes ao presidencialismo de coalizão.

Para tanto, este estudo foi estruturado em três etapas: discussão teórica, coleta e análise quantitativa de dados e entrevista com as deputadas federais.

A fase inicial consiste em uma discussão teórica embasada na revisão da literatura referente à representação política de gênero, à divisão sexual do trabalho e aos obstáculos enfrentados pelas mulheres ao ingressarem nos espaços públicos. Temas como os desafios associados à representatividade feminina, escassez de tempo livre, ambição política e os impactos desse panorama no contexto do presidencialismo de coalizão serão abordados de maneira aprofundada.

Posteriormente, adotou-se uma abordagem quantitativa por meio da coleta e análise descritiva de dados, focalizando os padrões de ocupação de cargos na Câmara dos Deputados durante a 56ª legislatura (2019-2022). Para a análise, aplicou-se as categorias de classificação propostas por Miguel e Feitosa (2009) relacionadas aos temas políticos. Conforme delineado pelos referidos autores, esses temas se subdividem em *hard*, *soft* e *middle politics*, sendo notável a presença predominante das mulheres nas *soft politics*.

As *hard politics* compreendem o cerne do processo político, especialmente no que diz respeito ao exercício do poder estatal e à gestão econômica. As *soft politics*, por outro lado, abrangem questões voltadas para a esfera social, como educação, saúde e defesa de minorias. Por fim, as *middle politics* englobam temas de abordagens mistas, a exemplo da previdência social (Miguel; Feitosa, 2009).

Na etapa final, conduz-se uma análise qualitativa de entrevistas realizadas com as deputadas federais. O objetivo é identificar, a partir das perspectivas pessoais dessas parlamentares, os fatores que contribuem para acentuar a desigualdade entre homens e mulheres dentro dos espaços de poder, resultando na sua exclusão de decisões relevantes. Este processo permite uma compreensão mais aprofundada das experiências individuais das parlamentares e das complexidades que permeiam a participação feminina nos processos decisórios.

Ao longo das entrevistas, diversas barreiras foram identificadas, destacando-se a escassez de tempo, uma questão que impacta a vida profissional das mulheres tanto no setor privado quanto no público. Além disso, a autopercepção das mulheres em relação à sua capacidade e qualificação emerge como um fator que prejudica sua ambição política. Adicionalmente, as redes de contatos e relações de amizade dentro do parlamento revelam-se singularmente mais desafiadoras para as mulheres, principalmente em razão das demandas de tempo e do risco de assédio sexual.

Além disso, identificaram-se desafios relacionados aos papéis tradicionais de gênero, uma vez que as expectativas socialmente construídas em torno dos papéis de homens e mulheres impactam significativamente na maneira como as mulheres atuam na esfera política. Por fim, outro fator relevante diz respeito à percepção de exclusão de posições estratégicas de poder, pois as mulheres não apenas enfrentam maiores dificuldades para acessar essas posições, mas também

precisam lutar para nelas permanecerem. Esses elementos compõem um panorama complexo que contribui para acentuar as desigualdades de gênero no contexto político.

Os resultados desta pesquisa almejam proporcionar subsídios para a análise dos principais desafios enfrentados por mulheres em sua participação na esfera política, visando colaborar para a ressignificação e desconstrução dessas estruturas. Assim, não se pretende exaurir os elementos que excluem mulheres dos principais espaços de decisão política, mas sim destacar esse problema que, apesar do tímido aumento da representação feminina no parlamento nos últimos pleitos, ainda persiste de forma marcante e muitas vezes invisibilizado.

2 GÊNERO E REPRESENTAÇÃO

A utilização do conceito de gênero passou a carregar polêmicos debates, especialmente em decorrência da noção de identidade de gênero, que se refere à maneira como os indivíduos se identificam no mundo e sua relação com o sexo designado ao nascer. Sob essa perspectiva, as pessoas podem se identificar em categorias como feminina, masculina, trans, travesti, ou ser designadas como mulher, homem, mulher trans, travesti, homem trans, não binário, entre outras formas.

Para o presente estudo, o termo “gênero” foi empregado como instrumento analítico com o propósito de compreender as desigualdades historicamente construídas nas culturas a partir das diferenças percebidas entre os sexos. Em outras palavras, gênero será empregado como uma categoria de análise histórica, visando entender as barreiras sociais experimentadas atualmente pelas mulheres, as quais são reflexos de um processo histórico de delimitação de espaços de poder com base em uma divisão sexual.

O conceito de gênero emergiu como uma resposta ao determinismo biológico que postulava que o sexo definia, ainda no momento do nascimento o comportamento, preferências, escolhas e relações de homens e mulheres. Nesse sentido, a análise de gênero surgiu para evidenciar que a autopercepção e a posição dos indivíduos no mundo são resultantes de construções sociais e históricas das relações entre homens e mulheres, não sendo predefinidas pelo sexo biológico (Perlin, 2006; Scott, 2017).

Portanto, a utilização do conceito de gênero possibilita compreender que, ao longo da história de diversas sociedades e períodos, existem papéis e simbolismos sexuais que estruturam a vida social em diferentes domínios (Scott, 2017), sendo esses construídos socialmente.

Essa abordagem possibilita a compreensão de diversos fenômenos no contexto das relações sociais: a desigualdade de gênero pode ser interpretada como a desigualdade delineada pelas relações de poder construídas historicamente com base na diferença sexual; a política de gênero, por sua vez, refere-se à política associada às relações de poder moldadas pela diferença sexual. No que se refere à representação, a representação de gênero seria a representação política de perspectivas construídas a partir da diferença sexual entre homens e mulheres.

Dessa maneira, a análise sob a perspectiva de gênero examina a construção das experiências de homens e mulheres ao longo da história, funcionando como um instrumento para compreender as práticas e estruturas hierárquicas que persistem nos dias de hoje. Para o presente estudo, interessa observar os impactos dessas estruturas para a representação feminina nos espaços de poder.

2.1. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO DE MULHERES

Fato é que nem todos os grupos sociais estão presentes nos espaços de poder. No entanto, setores específicos da sociedade são constantemente os “não representados”, “não presentes” e “não interessados por política”. Segundo Bernard Manin, em entrevista concedida à Revista dois pontos:

O problema, antes, vem do fato de uma lacuna importante, sistemática e prolongada entre a composição da assembleia e a composição da população ser um sinal de que algumas categorias da população são, muitas vezes, as vítimas de desvantagens persistentes na disputa pelos cargos públicos. (Manin, 2016, p. 153).

A visão de Manin entende que a representatividade de todas as categorias da população é imperativa para mitigar a lacuna democrática, caracterizada pela sub-representação constante de certos grupos nos espaços de poder.

A discussão sobre a representatividade de grupos minoritários dialoga com a discussão sobre os distintos tipos de representação política. Conforme delineado por Pitkin (1967), existem duas dimensões fundamentais da representação: a descritiva e a substantiva. A descritiva concebe os espaços representativos como reflexos reduzidos da sociedade, demandando, assim, que espelhem as características da população, conferindo ao perfil dos representantes um papel crucial no êxito da representação.

Por outro lado, a visão substantiva defende que o fato primordial é o agir do representante, isto é, a necessidade de que ele aja em consonância com os interesses dos

representados (*acting for*), de forma responsiva a estes, independentemente de seus atributos pessoais (Sanchez, 2015).

Contudo, é relevante destacar que a teoria descritiva enfrenta críticas tanto de Pitkin (1967) quanto de Iris Young (2006). Ambas argumentam que essa perspectiva negligencia o que de fato deve ocorrer durante o processo de representação, uma vez que este é compreendido como uma "forma de agir" a ser observada, e não como um compartilhamento de atributos pessoais com os cidadãos.

Na mesma linha, Nadia Urbinati (2005) concebe a representação como um processo de circularidade entre os cidadãos e as instituições políticas, em que os representantes eleitos refletem toda uma cadeia de opiniões, interpretações e ideias – e não as pessoas em si.

Young (2006) categoriza a representação em três modalidades: de interesses, de opiniões e de perspectivas. A representação de interesses ocorre quando alguém advoga por aquilo que um indivíduo considera fundamental para a consecução de seus objetivos; no caso da representação de opiniões, o processo ocorre quando alguém defende os princípios, valores e prioridades que um indivíduo considera cruciais para a tomada de decisões sobre quais políticas devem ser seguidas.

Por fim, há a representação por perspectiva, base sobre a qual este estudo se apoia. Essa forma de representação é definida pelo processo no qual pessoas de um mesmo grupo social compartilham experiências sociais similares, o que resulta em uma afinidade na maneira de perceber o mundo e se expressar (Young, 2006). Diferentemente da representação descritiva, que postula que o organismo representativo deve ser uma réplica do organismo social, a representação por perspectiva sugere que, ao possuir uma vivência semelhante à do representado, o representante contempla determinadas questões e segue certas linhas narrativas que se assemelham às que seriam seguidas pelo seu representado.

Por esse motivo, a representação por perspectiva mostra-se como uma ferramenta essencial na busca por assegurar a representatividade das visões de mundo dos grupos marginalizados e sub-representados.

Independentemente do paradigma conceitual de representação considerado, nota-se que a questão da escassa presença de mulheres nos espaços de poder passou a figurar na pauta de

discussões global, emergindo como um tema central em debates acadêmicos e na formulação de políticas públicas inclusivas.

Historicamente, alguns argumentos foram levantados para fundamentar a implementação de medidas que incentivem a ampliação da participação das mulheres na política. O primeiro fundamenta-se em uma justificativa intuitiva pautada na representação descritiva, sustentando que, dado que as mulheres compõem metade da população, elas deveriam ocupar igual proporção dos cargos públicos.

Outro argumento diz respeito à política do desvelo (*care politics*), que defende que a ampliação do espaço das mulheres nos espaços decisórios reduziria o caráter agressivo dos homens e valorizando a solidariedade e enfocando áreas como assistência social, saúde e educação. Entretanto, essa perspectiva tende a reforçar estereótipos de gênero e a manter a segregação das mulheres em áreas tradicionalmente associadas às *hard politics*. Há, ainda, a justificativa baseada na representação de interesses, que entende que as mulheres possuem interesses especiais que seriam melhor defendidos por elas mesmas (Miguel; Feitosa, 2009).

Retomando a representação de perspectivas defendida por Iris Young (2006), verifica-se que a estrutura política foi moldada predominantemente por um grupo específico - homens, brancos e pertencentes às classes sociais mais elevadas. Isso resultou na preponderância de suas perspectivas sociais, que passaram a ser entendidas como "neutras" e "universais", estabelecendo-as como as únicas a serem levadas em conta nas decisões políticas (Young, 2006).

Aderir a concepção de representação de perspectivas possibilita identificar essa lacuna na representação de outras visões de mundo, abrindo caminho para a formulação de políticas públicas que incentivem a inclusão de uma variedade mais ampla de pontos de vista que não se limite apenas à do grupo dominante, mas que englobe, entre outras, a perspectiva das mulheres, dos negros, das classes sociais baixas e dos imigrantes.

Essa forma de representação assegura que as pessoas se sintam adequadamente representadas quando as discussões políticas refletem o tipo de experiência social que lhes é familiar devido à sua posição em um determinado grupo social. É sob este fundamento que surgem políticas públicas, como as cotas, que visam incentivar a inclusão de grupos marginalizados na política (Young, 2006).

As cotas e outras iniciativas de inclusão de mulheres se fundamentam, portanto, na necessidade de incorporar, nas deliberações de políticas públicas, a perspectiva de quem vive na sociedade no papel de mulher. Ainda, as ações afirmativas permitem que todos os temas, não apenas relacionados a políticas de gênero, sejam debatidos e influenciados pela experiência feminina no mundo. Isto é, essas medidas introduzem a "perspectiva social" da mulher nos espaços de tomada de decisão. Vale ressaltar, no entanto, que dentro da perspectiva social feminina, existem outras divisões, como as vivenciadas pela mulher negra, pela mulher com deficiência, mulher lésbica, entre outras.

Ademais, não é garantido que as mulheres, ao serem eleitas, atuarão sempre em defesa dos interesses femininos. Em vista disso, alguns estudos têm se preocupado em analisar se o aumento do número de mulheres na política impacta o tipo de políticas públicas implementadas.

Estudo de Hessami e Fonseca (2020), aponta que a eleição de mulheres efetivamente impacta o tipo de políticas públicas que serão priorizadas no debate político. Elas tendem a favorecer políticas redistributivas com mais frequência do que os homens, evidenciando que a escassa representatividade das mulheres na política não é prejudicial apenas em termos simbólicos, mas também porque as escolhas e preferências dos indivíduos no poder, sejam homens ou mulheres, têm implicações significativas.

Segundo os autores, mulheres em posições de liderança no nível local e em posições legislativas iniciais da Índia levavam a mais investimentos em bens públicos, particularmente em saúde e educação. Esses investimentos desempenharam um papel significativo na consecução de determinados objetivos, como o combate à desigualdade de gênero na educação (Hessami; Fonseca, 2020).

Campbell, Childs e Lovenduski (2009), a seu turno, ao compararem as atitudes das elites e das massas em relação à igualdade de gênero e a representação feminina na Inglaterra, concluíram que mulheres e homens possuem ideias diferentes sobre os papéis de cada sexo e que isso pode trazer consequências consideráveis para a representação política.

Segundo as autoras, os partidos políticos são melhores preditores das atitudes da elite política em relação à igualdade de gênero do que o sexo dos atores políticos. No entanto, dentro dos partidos, as mulheres demonstram uma maior propensão do que os homens para se

posicionarem contra os papéis tradicionais de gênero e para apoiarem medidas que visem aumentar a representação descritiva de mulheres (Campbell; Childs; Lovenduski, 2009).

Direcionando a atenção para o contexto brasileiro, é relevante ressaltar que as demandas femininas começaram a ser consideradas nos espaços de poder somente com a presença inicial de mulheres na política nacional.

O marco inicial foi a conquista do direito ao voto em 1932, resultado do movimento sufragista no Brasil, que buscava assegurar às mulheres a capacidade de escolher os representantes que melhor defendessem seus interesses. Nesse cenário, em 1933, Carlota Pereira Queiroz se tornou a primeira deputada federal eleita no Brasil, desempenhando um papel crucial na elaboração de anteprojetos constitucionais, que visavam proteger alguns direitos femininos, como os relacionados à maternidade, nacionalidade e estado civil (Porto; Lima; Acioli, 2019).

Destaca-se, ainda, o “lobby do batom” ou “lobby das mulheres”. Tratou-se de uma aliança suprapartidária formada por senadoras e deputadas brasileiras durante a Assembleia Constituinte de 1987-1988, com o propósito de ampliar os direitos civis, sociais e econômicos das mulheres na Constituição que estava sendo elaborada (Monteiro, 2018).

Observa-se que essa atuação não se encerrou no movimento da constituinte. Franco (2020) constatou que, de 1987 a 2007, as deputadas apresentaram 401 projetos sobre gênero, com taxa de aprovação de 7,48%. Essa porcentagem é consideravelmente superior à taxa de aprovação em projetos sobre temas gerais (3,38%), indicando um comprometimento das parlamentares com a representação das mulheres.

Não obstante, ressalta-se que o foco das deputadas não se limita às questões de gênero. Entre as propostas apresentadas, a segunda categoria mais frequente foi a dos temas econômicos, embora não tenha alcançado uma taxa de aprovação tão elevada quanto os projetos sociais. Além disso, chama a atenção o fato de as parlamentares terem apresentado poucos projetos voltados para mulheres transexuais, bissexuais e lésbicas, com apenas 22 proposições em todas essas legislaturas, sendo que nenhuma delas foi aprovada (Franco, 2020).

Por fim, estudo acerca do conteúdo das proposições legislativas apresentadas pelas deputadas federais da 55ª legislatura constatou que 7,46% dessas propostas abordavam questões de gênero, ao passo que apenas 1,19% das proposições dos deputados homens se relacionavam a esse tema (Perlin *et. al.*, 2016).

Essas informações fornecem um primeiro indicativo de que a presença de mulheres nos espaços de poder possibilitou, nos contextos analisados, a consideração das perspectivas femininas durante a deliberação das políticas públicas.

Contudo, como afirmam Hessami e Fonseca (2020), apenas quando o número de mulheres na política crescer o suficiente, será possível identificar os reais efeitos dessa representação nas decisões públicas:

Moreover, one should be aware that as the number of women in politics increases further, and women have more opportunities to advance their priorities, the effects of female representation on policy outcomes might become more visible. For instance, women may not have reached the “critical mass” or had enough time to influence policy decisions (Hessami; Fonseca, 2020, n.p.).

De forma resumida, há indicativos de que as mulheres eleitas impactam positivamente a qualidade das decisões tomadas e tendem a advogar pela agenda de gênero nos espaços de poder. Ou seja, a presença delas viabiliza a introdução, no âmbito político, da perspectiva da experiência enquanto mulher, justificando a necessidade de uma representação mais expressiva de mulheres na política.

Não obstante, o que se pode concluir em curto prazo é que as tentativas de garantir a maior inclusão feminina na política revelam-se incipientes. Além de não resultarem em um aumento significativo da quantidade de mulheres nos espaços de poder, essas iniciativas não têm sido capazes de possibilitar – ainda que as mulheres eleitas o queiram – que a perspectiva feminina seja incorporada ao núcleo do campo político, isto é, aos espaços centrais de tomada de decisão. Esse tema será objeto de análise do próximo capítulo.

3 A DESIGUALDADE DE GÊNERO DENTRO DO CAMPO POLÍTICO

Antes de observar o processo de inserção da perspectiva feminina nos espaços de poder, é crucial compreender a forma como os cargos e responsabilidades são distribuídos na política, isto é, como a divisão sexual do trabalho, facilmente observável na dinâmica doméstica, se transmigra para a esfera pública e orienta a divisão de funções nesse contexto.

A divisão sexual do trabalho tem sua origem na separação entre os âmbitos público e privado, e corresponde à concepção de que às mulheres compete realizar tarefas domésticas, reprodutivas e de cuidado – atividades inerentes à esfera privada, ao passo que aos homens é permitida a participação nos espaços públicos, onde desempenham as atividades produtivas e de tomada de decisão.

Essa dicotomia emergiu no século XV, marcando o fim da Monarquia e o advento da Modernidade. Durante esse período, houve a separação entre o poder político e o poder familiar, estabelecendo, a partir de então, a divisão desses dois espaços (Cotta; Farage, 2022). A partir de então, essa separação de espaços da sociedade passou a atuar como um instrumento moldador das estruturas sociais, determinando quais indivíduos seriam considerados mais adequados para desempenhar as funções de cada uma dessas esferas.

Ao estabelecer regras de comportamento e valores que determinavam os lugares designados a cada sexo, essa divisão passou a impor barreiras à inclusão das mulheres no espaço público, onde as decisões eram tomadas. Consequentemente, enquanto as mulheres eram restritas ao âmbito privado, os homens desempenhavam um papel ativo na construção dos espaços de poder, bem como nas condições para ingressar e permanecer nesses espaços.

Nesse mesmo contexto, emerge o ideal iluminista de igualdade, liberdade e direitos universais. Contudo, a história mostrou que a suposta universalidade preconizada pelo liberalismo, ao negligenciar as diferenças entre as pessoas, resultou na imposição de uma única visão de mundo como verdade absoluta. Ignorou-se, assim, as disparidades no acesso a privilégios e na socialização de cada indivíduo, influenciadas por fatores como gênero, classe e raça (Cotta; Farage, 2022).

Dessa forma, o liberalismo definiu padrões que não se encaixavam em todas as realidades, mas apenas à daqueles que participavam da esfera pública. A consequência desse

processo foi a fruição quase exclusiva desses direitos pelos homens, resultando na subordinação das mulheres na esfera privada:

Ao fim da Modernidade, teremos, portanto, uma configuração social que separa o público do privado, invisibiliza o doméstico e franquia aos homens brancos acesso exclusivo à sociedade civil e à política. Tudo isso em nome de uma universalidade proclamada pelo Iluminismo que jamais chegou a ser concretizada (Cotta; Farage, 2022, p. 57).

Nancy Fraser (1990) alertou para a inexistência de uma única esfera pública, destacando a presença de diversas esferas desiguais. Os valores atribuídos à suposta esfera de deliberação pública ditavam formas específicas de comportamento (decoro, tom de voz, etc.) que não eram universais, mas sim específicas de um grupo determinado (homens brancos e burgueses), excluindo outros públicos.

Em outras palavras, a alegada universalidade e imparcialidade dos espaços públicos preconizadas pelo liberalismo foram estruturadas com base na dicotomia entre o público - esfera da liberdade - e o privado - esfera da subordinação. Isso resultou na definição de valores "universais" por meio de padrões de normalidade que se alinhavam com a perspectiva masculina, excluindo as mulheres desses locais (Miguel; Biroli, 2011).

Atualmente, as mulheres têm conseguido, ainda que de forma modesta, adentrar o espaço público e assumir os cargos de poder anteriormente reservados exclusivamente aos homens. Contudo, a questão crucial é que essa batalha não parece encontrar seu fim com a conquista desses cargos. Após ingressarem no cenário político, surgem novos obstáculos que as impedem de alcançar o núcleo desse campo e ocupar os espaços decisórios mais centrais, problema que será abordado neste capítulo.

3.1 ENTRAMOS EM CAMPO, E AGORA?

A promulgação da Lei nº 14.192, em 4 de agosto de 2021 (Brasil, 2021), marca um avanço significativo no processo de inclusão política das mulheres, visando prevenir a violência política de gênero e garantir a participação feminina nas instâncias deliberativas.

Essa norma assume importância fundamental ao aprofundar a discussão sobre o tratamento dispensado às mulheres após sua inserção no espaço público. A lei estabelece que a violência política contra a mulher compreende “toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher”.

Nota-se, portanto, que os desafios enfrentados pelas mulheres transcendem a dicotomia “entrar x não entrar” na política, sendo essa complexidade reconhecida pelos próprios legisladores. Como discutido no início deste capítulo, o sistema liberal fundamentou-se na suposta universalização de valores – que, na realidade, são valores masculinos – o que faz com que a participação feminina na política ainda cause bastante incômodo. Por isso, as funções públicas e a valorização diferenciada de homens e mulheres são, todavia, fortemente determinadas por uma lógica sexista.

É relevante destacar a observação feita por Miguel e Biroli (2011) acerca de como o tratamento diferenciado com base no gênero não se restringe apenas à esfera política, estendendo-se interconectado a diversos campos. A mídia tradicional, em particular, desempenha papel crucial na retroalimentação desses estereótipos com o campo político.

Segundo os autores, a representação do mundo feito pelo jornalismo tradicional valida e perpetua os padrões de desigualdade de gênero, uma vez que o perfil frequentemente associado à política é consistentemente homogêneo: homens, brancos, com educação superior e ocupantes de cargos públicos (Miguel; Biroli, 2011). Dessa forma, os meios de comunicação reforçam a divisão de responsabilidades entre os sexos, consolidando a posição das mulheres ao âmbito privado.

Ademais, esse jornalismo também naturaliza e reproduz os padrões diferenciados de atuação na esfera política, reforçando o papel das mulheres em temas socialmente menos prestigiados, ao passo que os homens são destacados nas temáticas mais relevantes, o que auxilia em sua ascensão política (Miguel; Biroli, 2011). Portanto, a mídia *mainstream* possui papel imprescindível na manutenção da divisão de funções entre os temas *hard* e os temas *soft* da política, aspecto que será mais detalhadamente explorado na próxima seção.

O jornalismo atua aqui como um dos fatores reprodutivos da divisão sexual do trabalho, mas não é o único. A maneira como a sociedade se organiza entre o público e o privado reforça o pertencimento da mulher ao doméstico, não apenas fisicamente, mas também por meio de um

imaginário coletivo. Surge a ideia de que, ao se restringir ao âmbito privado, a mulher estaria limitada a temas relacionados a esse espaço: ela pertence ao privado e pensa no privado. Conseqüentemente, essa interpretação faz com que sua atuação seja predominantemente vinculada aos temas do cuidado e do lar, temas que, por sua vez, pouco contribuem para a ascensão política.

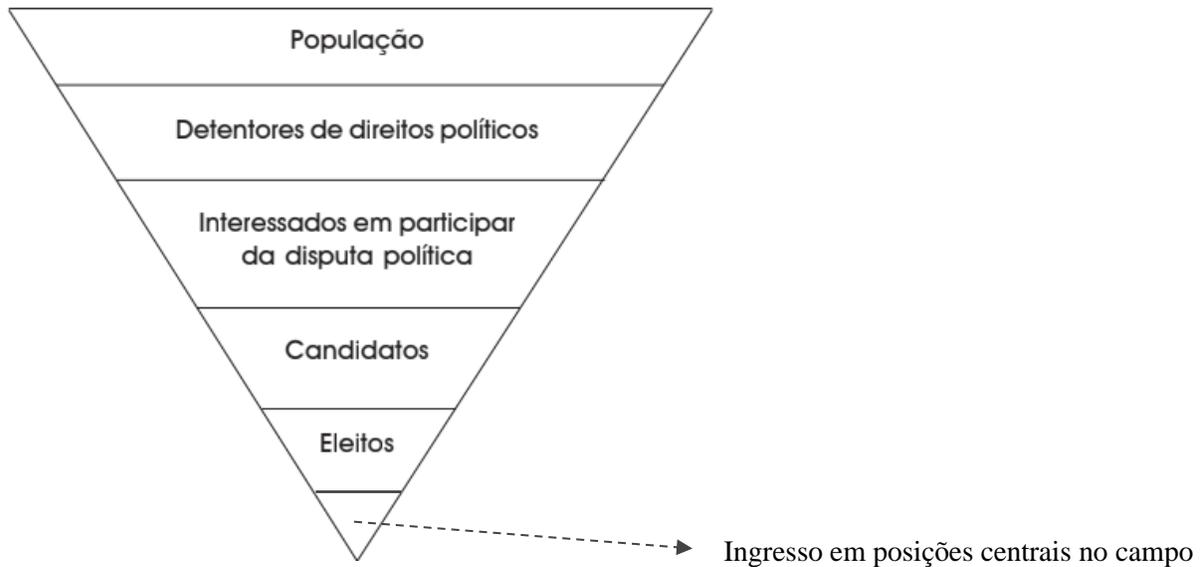
Herdando o conceito de “campo político” de Pierre Bourdieu, Miguel e Biroli (2011) destacam que grupos marginalizados podem ingressar no espaço público sem necessariamente romperem com as estruturas desiguais de posicionamento. Isto é, é possível haver uma “inserção marginal”, na qual as posições centrais do campo continuam ocupadas pelo grupo dominante:

Assim, da mesma forma que há uma diferença entre concorrer e se eleger, há outra, entre se eleger e alcançar as posições centrais ao campo político, isto é, as posições de elevado capital político (Miguel; Biroli, 2011, p. 28).

Nesse sentido, não se trata apenas de entrar ou não entrar no campo, mas das diferentes formas de exercer essa entrada. No âmbito do Poder Legislativo, a eleição de uma mulher como Deputada Federal não garante que ela terá as mesmas oportunidades que os homens para alcançar posições de liderança partidária, ser indicada para um cargo relevante na Mesa Diretora ou relatar o Orçamento.

Conforme salientado por Miguel e Biroli (2010), as formas de inserção podem ser centrais ou marginais: a mera presença no Parlamento não equivale a uma capacidade igual de influenciar nas decisões, uma vez que o campo político é uma estrutura hierarquizada e a sub-representação feminina se acentua à medida que se avança em direção ao núcleo desse campo. Isso adiciona um degrau a mais nas etapas de participação política:

Figura 1 – “Degraus” da presença política



Fonte: Miguel e Biroli, 2010

Longe de ser considerada um ponto de chegada, a incorporação das perspectivas dos grupos subalternos torna-se apenas um ponto de partida na luta contra a opressão dos grupos dominantes. A simples incorporação das perspectivas subjugadas não elimina a exigência de conformidade ao *habitus* (conjunto de práticas internalizadas que contribuem para a reprodução da estrutura do campo), resultando na marginalização desses grupos. Nesse cenário, as mulheres são predominantemente canalizadas para as *soft politics* (Miguel, 2010).

Essa análise permite compreender que a presença de mulheres nesses espaços, embora represente um avanço, não soluciona integralmente a questão de gênero. Elas tendem a se posicionar majoritariamente na "margem" do campo, sem possuir igual capacidade de influência nos temas centrais, que se concentram nas *hard politics*.

3.2 HARD POLITICS X SOFT POLITICS

Poder-se-ia argumentar que a diferenciação temática entre homens e mulheres não constituiria um problema, mas sim uma distribuição de responsabilidades de acordo com os

interesses de cada grupo. Além disso, sustentar que os temas classificados como *soft* são menos relevantes do que os temas *hard* implicaria em uma hierarquização equivocada dessas áreas.

Figueiredo e Limongi já observaram que há uma diferença importante nas agendas prioritárias para o executivo, e elas se concentram em políticas econômico-administrativas, em detrimento das políticas sociais. Parlamentares, de forma geral, alcançam maior sucesso legislativo nas questões com menos importância na hierarquia legislativa, consideradas como agenda social, enquanto o Poder Executivo se dedica mais à agenda econômico-administrativa, mais cara em termos de negociação para aprovação (Figueiredo; Limongi, 1995).

A associação das mulheres com temáticas relacionadas ao cuidado e a dos homens com temas "macro" resulta em dois principais prejuízos para a igualdade política. Em primeiro lugar, os temas *soft*, como cuidado, questões sociais, família e minorias, historicamente apresentam menor potencial de ascensão na carreira política. Em segundo lugar, essa associação é justamente um dos fatores responsáveis pela manutenção dos estereótipos de gênero que restringem as mulheres ao espaço privado (Miguel; Biroli, 2011).

Ou seja, não se trata da argumentação de que os temas associados ao "masculino" sejam mais relevantes *per se*, mas sim da constatação de que a associação das temáticas *soft* às mulheres vai de encontro à sua ascensão ao centro do campo, reduzindo a sua voz e a sua capacidade de influenciar nas políticas públicas.

Alguns estudos têm se dedicado a explorar essa questão, identificando indícios de que as mulheres se concentram no nicho temático das *soft politics*, ao passo que os homens se dedicam predominantemente aos temas *hard*.

Miguel e Feitosa (2011) constataram que ambos os sexos buscam abordar as *hard politics*, pois essas matérias proporcionam maior visibilidade, embora a concentração em *hard* seja um pouco maior entre os homens (73,3% H x 67,3% M). Além disso, a grande diferença ocorre nas *soft*, em que a concentração das mulheres é significativamente maior (46,8% M x 30,8% H), demonstrando a associação entre as parlamentares e esses temas. O estudo destaca, ainda, que as mulheres representam apenas 4,2% dos parlamentares considerados mais influentes no Congresso Nacional.

Na análise desse último dado, é importante considerar que as mulheres são minoria no Congresso, o que certamente afeta a possibilidade de o número de parlamentares influentes ser

maior. No entanto, a associação das mulheres aos temas *soft* e a menor capacidade desses temas em agregar capital político indicam que o problema provavelmente não é apenas numérico, mas sim resultado de padrões de desigualdade de acesso e permanência nesses espaços.

Perlin (2019), ao analisar o sistema de Comissões Parlamentares da Câmara dos Deputados, identificou cenário semelhante. Segundo sua pesquisa, as mulheres presidiram apenas 41 comissões permanentes ao longo de 82 anos, sendo a maioria delas relacionada a temas de *soft politics*. Ou seja, mesmo eleitas deputadas federais, as mulheres permanecem distantes da construção das agendas políticas *hard*.

É relevante destacar que a discrepância na presença em temas *hard* e *soft* entre os sexos é mais evidente na composição das comissões do que nos discursos parlamentares porque, ao passo que os temas dos discursos são decididos pelos próprios parlamentares, as comissões são decididas pelos partidos (Miguel; Feitosa, 2009). É em virtude desse fato que o presente trabalho terá como objeto de análise os cargos de poder, em detrimento dos discursos ou da apresentação de proposições, pois é no momento da negociação com os líderes e outros atores de poder que as mulheres enfrentam as barreiras para a sua ascensão política.

Além da divisão de temas *soft*, *middle* e *hard*, diversos fatores impedem o sucesso político das mulheres, todos inter-relacionados, a exemplo da utilização dos intervalos de trabalho para as tarefas domésticas e do cuidado, ambição política e proximidade com as lideranças. A participação política demanda basicamente três tipos de recursos: dinheiro (financiamento), tempo livre e rede de contatos (influência). Grupos em posição desfavorável, como as mulheres, frequentemente carecem de um ou mais desses recursos (Miguel; Biroli, 2011).

No que diz respeito ao uso do tempo, a socialização baseada na divisão sexual do trabalho tornou-se fator determinante da assimetria que incide sobre a organização doméstica. Diferentemente dos homens, as mulheres são direcionadas a assumir responsabilidades específicas na esfera privada vinculadas ao cuidado e às tarefas domésticas, prejudicando assim sua capacidade de atuação na esfera pública (Biroli, 2015).

A rede de contatos (influência) também é apontada pela literatura como uma das condições para a entrada na vida política (Miguel; Biroli, 2011). Dado que os homens interagem mais com outros homens, eles desenvolvem maior proximidade com os colegas do centro do

campo, e isso faz com que não percebam esses postos como inacessíveis, já que seu semelhante ocupa aquele espaço.

Ademais, a maior interação social entre os homens representa um elemento crucial para a ascensão a cargos superiores. A teoria do *old boys' club* sustenta que a disparidade na promoção no ambiente de trabalho entre homens e mulheres ocorre, em parte, devido à possibilidade dos homens de estabelecer vínculos com outros homens de maneira que não é igualmente facilitada para as mulheres (Cullen, 2019).

Esses e outros fatores que explicam o insulamento feminino do centro do campo político são veementemente denunciados pelas parlamentares entrevistadas neste trabalho. Portanto, tais elementos constituem o foco de investigação do Capítulo 6, no qual os resultados das entrevistas são analisados.

Outrossim, é possível afirmar, de antemão, que não há um único motivo ou uma razão elementar para o problema da desigualdade de acesso aos espaços de poder. Trata-se de uma multiplicidade de variáveis que, juntas, contribuem para a segregação das mulheres desses ambientes. Fatores como papéis de gênero, tempo livre, ambição política e o *old boys' club* permanecem colaborando para a perpetuação desse cenário, independentemente da existência de políticas formais de inclusão feminina na política.

Evidentemente, essa realidade é prejudicial não apenas para as mulheres, mas também compromete o funcionamento do sistema democrático e, por extensão, o bem-estar da sociedade. Com efeito, como poderá ser sustentada a ideia de democracia representativa se os agentes eleitos não estiverem devidamente capacitados para atender às exigências e aspirações de seus representados?

Em outras palavras, ao serem informalmente excluídas do centro do campo, as mulheres jogam o jogo político em posição de desvantagem, o que reduz o seu poder de agenda e de garantia dos interesses de seus eleitores, afetando assim o processo de representação (Perlin, 2023). Esse mecanismo, somado a um sistema de presidencialismo de coalizão, torna a situação ainda mais desafiadora para as mulheres (Perlin, 2019).

3.3 O IMPACTO DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO NA ATUAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

O isolamento das mulheres de posições estratégicas de poder é particularmente preocupante no contexto do presidencialismo de coalizão brasileiro por um simples motivo: esse sistema requer capital político para negociar agendas e cargos de poder. Se as mulheres não possuem capital político, elas não participam dessas negociações.

Nesse contexto, o Poder Executivo estabelece alianças com forças políticas do Parlamento para garantir apoio em suas matérias prioritárias, concedendo, em contrapartida, benefícios a essas forças, como cargos no alto escalão da Administração Pública.

Figueiredo e Limongi (1998) identificaram que 89,4% do plenário vota de acordo com a orientação do líder. Dessa forma, dado que os parlamentares votam de maneira disciplinada, torna-se viável realizar barganhas com os atores que decidem essas votações, que são os líderes:

O papel desempenhado pelos líderes é de, justamente, representar os interesses do partido junto ao Executivo e os do Executivo junto ao partido. Eles agem como a ponte de comunicação entre as bancadas que compõem a maioria no Legislativo e o Executivo. Isto explica por que as barganhas entre o Executivo e o Legislativo podem ser e, de fato, são estruturadas em torno dos partidos (Figueiredo; Limongi, 1998, p. 99).

Para além dos cargos dentro na máquina pública, o Chefe do Executivo dispõe de outras ferramentas (*Executive Toolbox*) para negociar com os parlamentares, possibilitando atrair potenciais aliados e gerenciar sua coalizão e todo o relacionamento com o Legislativo. Para a presente discussão, destacam-se nessa “caixa de ferramentas” os cargos, o orçamento e o compartilhamento de políticas públicas, posto que são os instrumentos barganhados com os parlamentares que possuem poder político e relevância suficientes para negociar com o Executivo (Guimarães; Perlin; Maia, 2019).

Quanto à primeira ferramenta, os cargos, Figueiredo e Limongi (1998) definem o presidencialismo de coalizão como um modelo político no qual o Presidente da República, em busca de obter maioria no Congresso Nacional para aprovar as matérias de seu interesse, distribui

ministérios para os partidos que se dispõem a apoiá-lo. Após formado o governo, diversos benefícios são distribuídos a seus membros.

Em relação à ferramenta "orçamento", o Executivo detém o poder de decidir quando e quais emendas parlamentares (individuais, de bancada ou de comissão) serão executadas. Ressalta-se, contudo, que as emendas individuais, principal instrumento do clientelismo entre parlamentares e suas bases ("*pork barrel*"), e do Executivo com os parlamentares (Guimarães; Perlin; Maia, 2019), tornaram-se impositivas a partir da Emenda Constitucional 86 de 2015, o que reduziu consideravelmente o poder de barganha do Governo.

Por fim, a terceira ferramenta refere-se ao compartilhamento de políticas públicas, que possibilita aos parlamentares participarem de maneira efetiva da elaboração das políticas, apresentando projetos de lei e relatando, discutindo, contribuindo e emendando as propostas do Executivo. A manutenção dessa "parceria" na criação das políticas públicas fortalece a relação Executivo-Legislativo, proporcionando ao parlamentar a oportunidade de se sentir ouvido e valorizado nesse contexto: “[...] os parlamentares querem, efetivamente, participar da formulação política, contrariando o senso comum de que apenas cargos e emendas os contemplariam [...]” (Guimarães; Perlin; Maia, 2019, p. 33)

De forma resumida, o presidencialismo de coalizão oferece aos parlamentares centrais do campo político a oportunidade de negociar benefícios com o Poder Executivo em troca do apoio à sua agenda prioritária. Observa-se, no entanto, que em um universo de 513 deputados e 81 senadores, essas negociações precisam ser realizadas com os parlamentares que possuem efetiva relevância no jogo político, tais como os líderes partidários, líderes de bancadas estaduais, membros da Mesa Diretora e presidentes de comissões.

Dado que as mulheres estão atuando predominantemente nas margens do campo político, elas encontram-se, portanto, apartadas dessas negociações, sujeitas a mais um processo de insulamento dos espaços de poder. Conforme observado por Perlin (2019), a escassez de mulheres nas presidências de comissões, por exemplo, resulta em uma diminuição da influência feminina para participar das barganhas, contribuindo para sua exclusão do processo de elaboração das agendas políticas prioritárias do governo:

No presidencialismo de coalizão, a questão relacionada ao custo de gestão da coalizão é ponto fundamental, assim como a negociação de agendas. A compreensão do jogo entre os atores nas coalizões multipartidárias é ponto nodal, isso porque esse jogo que envolve o peso dos possíveis custos apresenta promissoras contrapartidas: abre portas para possibilidades de ganhos de troca e de cooperação entre os atores políticos (Pereira; Melo, 2012), benefícios e vantagens aos quais, como desenvolveremos neste texto, as mulheres raramente têm acesso. Elas estão, em verdade, fora do jogo (Perlin, 2019, p. 461).

Dessa forma, o jogo político brasileiro reproduz e intensifica a desigualdade política de gênero na medida em que exige capital político prévio para viabilizar poder de barganha e resultar, por conseguinte, na obtenção de mais capital político. Trata-se de um sistema que se retroalimenta, fazendo com que as mulheres, devido aos obstáculos adicionais para alcançar posições centrais na política, não consigam se inserir no jogo com a mesma facilidade que seus colegas do sexo masculino, sofrendo os efeitos de uma força centrífuga que as empurra para a periferia do campo.

Em síntese, a inclusão de mais mulheres na política é necessária porque permite que suas perspectivas sejam consideradas em temas que, havendo apenas homens, elas certamente seriam negligenciadas. Entretanto, o que se observa é que a conquista de uma cadeira no Parlamento por uma mulher não significa, por si só, o fim do problema da representatividade. Os padrões de exclusão se reproduzem também dentro desses espaços, restringindo as mulheres a pautas marginais e afastando-as dos espaços centrais de negociação.

Nesse sentido, é preciso transcender as barreiras legais e caminhar em direção à derrubada dos constrangimentos materiais e simbólicos atinentes ao campo político que ainda resistem a uma verdadeira inclusão das mulheres nos espaços de poder.

É imperativo viabilizar o apoderamento de capital político às mulheres para que tenham voz nas negociações com seus pares e com o Poder Executivo. Somente assim será possível assegurar que a presença feminina não seja apenas simbólica, mas que suas perspectivas sejam ouvidas e consideradas em todas as instâncias de discussão e tomada de decisão.

Diante do exposto, os capítulos subsequentes têm como foco a análise do cenário atual dos obstáculos à ascensão feminina na política. O Capítulo 5 investiga a distribuição de cargos nas categorias *hard*, *soft* e *middle* entre homens e mulheres na Câmara dos Deputados durante a 56ª legislatura. Em seguida, o Capítulo 6 analisa as entrevistas conduzidas com as Deputadas

Federais da 57ª legislatura, buscando identificar as barreiras enfrentadas por essas mulheres em sua atuação política.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa utilizou o método quantitativo, com análise descritiva, por meio da coleta de dados do site da Câmara dos Deputados, para examinar a ocupação de cargos durante a 56ª legislatura (2019-2022). Posteriormente, realizou-se uma análise qualitativa com base em entrevistas semiestruturadas conduzidas com as deputadas federais da 57ª legislatura (2023-2027).

Importa ressaltar que a escolha das legislaturas foi fundamentada pela viabilidade técnica no momento da elaboração da pesquisa. A 56ª legislatura, por ser a mais recente encerrada, possibilitou a obtenção de dados atualizados e consolidados. A 57ª legislatura, por sua vez, é a legislatura vigente durante a realização das entrevistas.

4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA

A etapa quantitativa consiste em três partes: a) elaboração de uma chave classificatória para categorização dos cargos em *hard politics*, *soft politics* e *middle politics*; b) coleta de dados referentes à quantidade de deputadas e deputados federais ocupantes desses cargos; c) realização da análise descritiva dos resultados.

Os cargos analisados compreendem: presidência de comissões permanentes; presidência de comissões especiais (CESPs); relatoria de comissões especiais (CESPs); presidência de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs); relatoria de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs); presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO); relatoria da Lei Orçamentária Anual (LOA); e ocupação de cargos na Mesa Diretora.

Cabe ressaltar que, na análise, foi incluída a relatoria das comissões especiais, para além da presidência, devido à relevância desse cargo em relação à matéria específica apreciada na comissão. Embora a presidência seja uma função prestigiosa, no caso das comissões de temática única – como as especiais, o cargo presidencial caracteriza-se por ser predominantemente burocrático, envolvendo atribuições como convocar e presidir reuniões e fazer a leitura da ata da reunião anterior. O relator, a seu turno, detém considerável poder de barganha e centralidade no jogo político, além de ser costumeiramente o relator em Plenário nas matérias não conclusivas (Perlin, 2019).

Após a elaboração da chave classificatória, procedeu-se à coleta e análise quantitativa de dados para identificar o percentual de deputadas e deputados federais indicados para esses cargos, buscando verificar se há discrepância na representação das mulheres em posições de poder.

A criação da chave classificatória para os cargos de *hard politics*, *soft politics* e *middle politics* fundamentou-se na classificação de temas políticos proposta por Miguel e Feitosa (2009):

Quadro 1 - Categorias dos Discursos Parlamentares

<i>Hard Politics</i>
Relações exteriores do Brasil, política internacional ou política interna de outros países
Defesa (segurança nacional)
Reforma política e legislação eleitoral
Administração pública e reforma do Estado
Política brasileira
Corrupção, sonegação de impostos e crimes contra a ordem econômica
Política econômica e tributária
Política industrial
Política agrícola
Violência e segurança pública (incluindo reforma do código penal e trânsito)
Reforma agrária (e outras questões fundiárias)
Questões internas do Congresso
Outras questões de infraestrutura (transportes, telecomunicações etc.)
Economia em geral
<i>Soft Politics</i>
Saúde pública e saneamento
Habitação
Direitos humanos
Questões sociais (pobreza, desigualdade, fome)
Meio ambiente
Educação
Cultura e esporte
Direitos do consumidor
Família, direitos reprodutivos, infância e adolescência
<i>Middle Politics</i>
Emprego, trabalho e formação profissional
Ciência e tecnologia
Funcionalismo público
Comunicação social
Propriedade intelectual, pirataria, biopirataria e assemelhados
Previdência social
Questões Irrelevantes e Outros
Questões religiosas
Homenagens e comemorações em geral
Outros

Fonte: Miguel e Feitosa, 2009

A categorização acima é especialmente útil para classificar as presidências e relatorias das comissões, tanto permanentes como especiais. No entanto, para complementar a classificação dos cargos de *hard politics*, foram incluídos os cargos da Mesa Diretora, a presidência e a relatoria das CPIs, a presidência da CMO e a relatoria do orçamento.

4.2 ANÁLISE QUALITATIVA

A última fase da pesquisa consiste na análise qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas com as deputadas federais da 57ª legislatura. Essas entrevistas se caracterizam pelo tipo de diálogo que permite às entrevistadas discorrer sobre suas experiências e perspectivas a partir de uma provocação inicial do entrevistador, possibilitando a obtenção de respostas livres e espontâneas (Lima; Almeida; Lima, 1999).

O objetivo das entrevistas é, por meio do relato pessoal das parlamentares sobre suas trajetórias políticas individuais, identificar os principais obstáculos enfrentados para alcançar cargos de poder centrais do campo político.

Quadro 2 - Categorias de análise

VARIÁVEL	EXPLICAÇÃO	LITERATURA	EXEMPLO DE FRAGMENTO DE ENTREVISTA
O tempo como um recurso escasso	Mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado de crianças, doentes, idosos e tarefas domésticas. Essa atribuição consome significativamente seu tempo, prejudicando, assim, sua capacidade de participação e atuação na esfera pública.	Biroli (2016); Perlin, Diniz (2016); Dos Santos (2019); Zieseimer (2021).	“Então para estar aqui em Brasília três dias da semana, as mulheres já têm que se organizar com quem vai cuidar da casa, quem vai deixar a criança na escola, quem vai ficar organizando a casa, quem vai fazer as conduções, enquanto o homem vem despreocupado para os seus três dias de trabalho intenso aqui em Brasília [...] Imagina só uma mulher, uma parlamentar deputada federal presidente da Casa, de um outro estado, mãe de uma criança na primeira infância, 2 anos né, como é que ela consegue conciliar, cuidar da criança e ser presidente de um Parlamento? Então assim, o presidente de um Parlamento fica

			aqui quase que 24 horas por dia.”
Ambição política e qualificação	Mulheres tendem a se perceber como menos qualificadas para a participação política do que os homens. Essa percepção pode ser influenciada por diversos fatores, incluindo normas sociais, estereótipos de gênero e barreiras estruturais que historicamente limitaram a participação feminina na esfera política.	Fox, Lawless (2012); MigueL, Biroli (2010); Perlin, Moor (2023).	“É difícil pensar em mulher em uma posição para debater um tema econômico quando você acha que mulher não sabe nem fazer conta... ‘puts, vai ter que negociar’, é difícil pensar a mulher nesse papel quando você vê a mulher debatendo ‘coisinhas bonitinhas’ de saúde, educação, família, etc.”
The Old Boys’ Club	Os homens possuem redes de relações informais, geralmente cultivadas em ambientes tradicionalmente masculinos, que beneficiam outros homens e excluem as mulheres. Essas redes informais podem desempenhar um papel significativo na promoção de oportunidades e no acesso a recursos, contribuindo para a desigualdade de gênero em vários contextos, incluindo o político.	Cullen (2019); Perlin, Moor (2022); Perlin (2023).	“[...] para dar um exemplo concreto, estar conversando sobre política e futebol, eles jogarem futebol juntos, eles saem e vão tomar vinho juntos, e é nesses espaços – que não são os espaços públicos, que são espaços da convivência, que é uma convivência privada – que grande parte das vezes o vínculo de solidariedade, o vínculo de compromisso mútuo é estabelecido e que, em grande parte das vezes, a política também é decidida.”
Comportamentos ou papéis tradicionais de gênero	Homens e mulheres se baseiam em papéis de gênero para se comportar nos ambientes e isso reflete e interfere em seu comportamento político.	Sacchet (2009); Scott (1995); Caldeirinha, Hörst (2017); Bourdieu (2019).	“O Parlamento, ele ainda é tão arcaico que ele se preocupa ou analisa até a forma como as parlamentares se vestem. Então, se a parlamentar se apresentar na Casa Legislativa de uma maneira mais informal, ou mais despojada, ela é

	As expectativas socialmente construídas em torno dos papéis de gênero podem moldar a maneira como homens e mulheres se envolvem na esfera política.		alvo de críticas por parte de seus colegas. Se o vestuário que ela utilizar for um vestuário [...] que seja mais leve, isso já também é motivo de falácia para com o grupo que você pertence ali.”
Percepção da exclusão de posições estratégicas de poder	Mulheres têm mais dificuldade de acessar posições estratégicas de poder e, quando o fazem, sofrem empecilhos impostos com o objetivo de removê-las. Esse padrão reflete a persistência de barreiras de gênero que limitam a plena participação feminina em cargos de liderança e influência, contribuindo para a desigualdade de gênero na esfera política.	Miguel, Feitosa (2011).	“Então a gente tem dificuldade de acesso a posições importantes, como dirigir Mesas Diretoras, Coordenar Mesas Diretoras, ser relatoras, conquistar um espaço de destaque de fato dentro das Casas Legislativas. Então eu falo isso com muita propriedade porque eu já passei por isso (...)”

Elaboração da autora, 2023

4.2.1 Amostra

Por se tratar de entrevista com elites, foi adotada uma amostra de conveniência, dispensando a necessidade de estabelecer uma quantidade mínima de deputadas federais para a entrevista. O objetivo é obter informações com base na experiência dessas parlamentares, as quais serão cruzadas com a literatura e com a análise quantitativa referente à 56ª legislatura.

Apesar de não ser estabelecida uma quantidade mínima de parlamentares, foram entrevistadas deputadas com perspectivas provenientes de diferentes espectros ideológicos.

Para tanto, fez-se necessária a classificação ideológica dos partidos políticos, adotando-se a “classificação dos especialistas” criada por João de Souza (2020) acerca do posicionamento dos partidos políticos representados no Parlamento brasileiro. Segundo o autor, os partidos

podem ser divididos da seguinte forma: partidos de esquerda (PSOL, PCdoB, PT, PSB, PDT, PV, PPS [atual Cidadania]); partidos de centro (MDB, PSDB); e partidos de direita (PTB, PRB [atual Republicanos], PSC, PR [atual PL], PP e DEM).

Essa classificação fundamentou-se na *Table of disagreements in relation to themes related to classic ideologies: left x right*, de Scheeffer (2018), que categoriza o “posicionamento de esquerda” como aquele focado nos problemas sociais, ao passo que o “posicionamento de direita” percebe tais questões como meras consequências da economia, além de ter uma perspectiva mais conservadora (Souza, 2020).

A classificação de Souza, devido à sua limitação temporal, não abrange todos os partidos representados na Câmara dos Deputados na 57ª legislatura, deixando pendentes de categorização os partidos União Brasil (antigo PSL em fusão com o Democratas), PSD, Novo, Solidariedade, Podemos (antigo PTN), Avante (antigo PTdoB), Patriota (antigo PEN) e a Rede Sustentabilidade.

Nesse sentido, este estudo classificou esses partidos com base no critério da *table of disagreements*, além de considerar seu padrão de votação e alinhamento com o partido do Presidente da República na 56ª Legislatura, Jair Bolsonaro, inicialmente eleito pelo PSL e posteriormente filiado ao PL, que se declara pertencente ao espectro da direita.

Isto posto, a classificação ideológica final, que serviu como base para a seleção da amostra para as entrevistas deste estudo, é a seguinte:

Quadro 3 – Classificação dos partidos da 57ª legislatura

PARTIDO	ESPECTRO IDEOLÓGICO
PT	ESQUERDA
PSB	
PDT	
CIDADANIA	
PV	
PSOL	
PCdoB	
REDE	
PSD	CENTRO
MDB	
PSDB	
SOLIDARIEDADE	

PODE	DIREITA
AVANTE	
UNIÃO	
PP	
PL	
REPUBLICANOS	
PSC	
NOVO	
PATRIOTA	

Elaboração da autora, 2023

5 O QUE DIZEM OS NÚMEROS DA 56ª LEGISLATURA

Este capítulo se dedica à análise quantitativa da ocupação de cargos por homens e mulheres na Câmara dos Deputados durante a 56ª legislatura. É relevante salientar que este estudo não abrange a análise de legislaturas anteriores, uma vez que busca proporcionar uma visão pontual em vez de uma abordagem abrangente. A intenção é oferecer uma "foto" que sirva como suporte para a investigação dos desafios enfrentados pelas parlamentares na atualidade. A análise do padrão de ocupação de cargos ao longo da história democrática brasileira fica reservada para outras pesquisas.

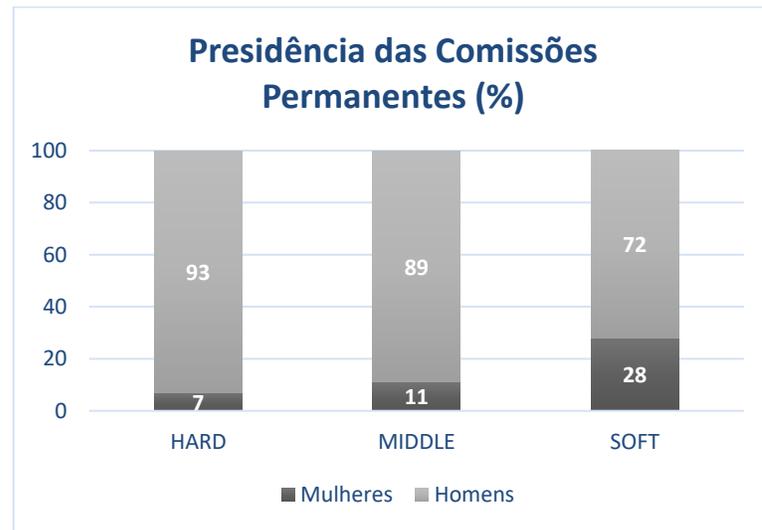
Além disso, é importante destacar que, embora a questão da proporção na ocupação dos cargos seja mencionada neste estudo, esse dado não é o mais relevante para a presente análise. O foco reside na observação do impacto da participação política em termos do capital político agregado ao cargo e da interferência nas negociações de governabilidade do executivo.

Ou seja, o fato de o número de mulheres ser menor no parlamento não deve ser usado como única explicação para a sua presença limitada em espaços estratégicos de poder. Cabe questionar se os cargos que as parlamentares ocupam são significativos no jogo político e no contexto do presidencialismo de coalizão.

5.1 PRESIDÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

No tocante à presidência das comissões permanentes, os dados confirmam que as mulheres, embora sejam minoria em todos os casos, detêm presença mais expressiva nas comissões *soft*, ocupando o cargo de presidente em 28% das eleições para as mesas das comissões. Em contraste, representaram apenas 7% nas comissões *hard* e 11% nas *middle*:

Figura 2 – Presidência das Comissões Permanentes

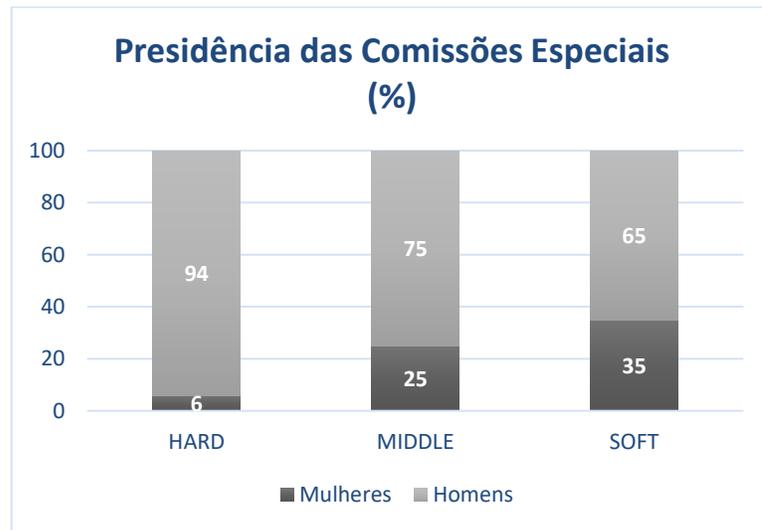


Fonte: Câmara dos Deputados, 2023

5.2 PRESIDÊNCIA E RELATORIA DAS COMISSÕES ESPECIAIS

A presidência das comissões especiais reflete cenário semelhante ao das permanentes: as mulheres estão presentes de forma mais significativa nas comissões *soft*, ocupando a cadeira de presidente em 35% das vezes. No entanto, em comparação com as comissões permanentes *middle* (11%), elas obtêm mais espaço nas comissões especiais (25%), superando em 10% o percentual de mulheres em toda a Câmara dos Deputados, que é de 15%. As comissões especiais *hard* continuam sendo predominantemente ocupadas por homens (94%).

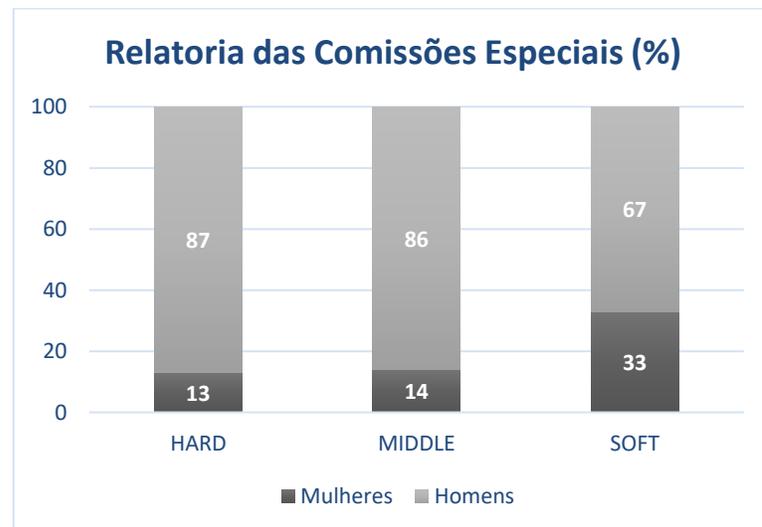
Figura 3 – Presidência das Comissões Especiais



Fonte: Câmara dos Deputados, 2023

A ocupação da relatoria das comissões especiais segue o mesmo padrão da presidência dessas comissões. A presença feminina se concentra nos temas *soft* (33%), sendo menor nos temas *middle* (14%) e ainda menor nos temas *hard* (13%), como observado no gráfico abaixo:

Figura 4 – Relatoria das Comissões Especiais



Fonte: Câmara dos Deputados, 2023

Os dados analisados revelaram que os cargos de presidência das comissões, tanto permanentes quanto especiais, e a relatoria das comissões especiais seguem um padrão de ocupação semelhante. Observa-se uma diminuição na proporção de mulheres à medida em que se transita dos temas *soft* para os temas *middle* e, da mesma forma, dos temas *middle* para os temas *hard*.

Cabe ressaltar que nos três casos – presidência de comissão permanente, presidência de comissão especial e relatoria de comissão especial – ao se observar os temas *hard*, a proporção de mulheres permaneceu consistentemente inferior à proporção de toda a Casa Legislativa, que é de 15%. Essa disparidade confirma a sub-representação tanto descritiva quanto substantiva das mulheres nessas posições na legislatura em análise.

Os cargos relacionados a temas *middle* superaram os 15% apenas na presidência das comissões especiais (25%), possivelmente devido à maior disponibilidade dessas comissões no jogo político em comparação com as comissões permanentes, além da possibilidade de articulação caso a caso de forma singularmente diferente do que ocorre nas negociações das comissões permanentes no início de cada Sessão Legislativa.

Ressalta-se, contudo, que, apesar da maior quantidade de comissões especiais, as mulheres não obtiveram grande sucesso no alcance de relatorias de temas *middle* (apenas 14%) em comparação aos temas *soft* (33%). A hipótese provável é de que isso ocorre devido à maior relevância do cargo de relator em relação ao de presidente nesses casos: pode ser que ocorram negociações no sentido de que, se uma mulher tem interesse em atuar em determinada comissão, que o faça na posição de presidente, que é uma posição mais burocrática, e não na de relatora, que é um cargo com maior poder político.

Além disso, em conformidade com o que é afirmado na literatura, os cargos classificados como *soft* demonstraram ser os mais acolhedores à atuação feminina, apresentando uma média de ocupação de 32%, o que representa mais que o dobro da representatividade feminina na Câmara dos Deputados e quase quatro vezes maior do que a média de ocupação nos cargos classificados como *hard*. Esse dado reforça a premissa de que as mulheres atuam predominantemente nos temas *soft*, mas ainda é preciso identificar os fatores que contribuem para esse cenário.

5.3 PRESIDÊNCIA E RELATORIA DAS CPIs

No que diz respeito à presidência e à relatoria das três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que operaram durante a 56ª legislatura³, nenhuma delas foi ocupada por mulheres, resultando em uma ausência total de representação feminina nessas posições de destaque.

As CPIs desempenham um papel significativo no cenário político devido à sua ampla visibilidade nacional. Independentemente do tema abordado, os participantes dessas comissões – e especialmente seus presidentes e relatores – certamente obtêm considerável capital político. Dada a sua capacidade de causar impacto na governabilidade, seus membros tornam-se elementos-chave nas negociações com o Poder Executivo no contexto do presidencialismo de coalizão.

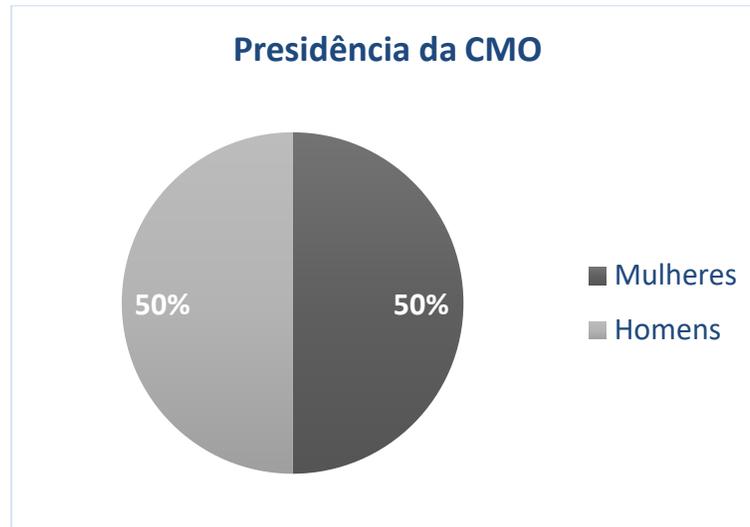
No caso da 56ª legislatura, não houve presença feminina na presidência ou relatoria de nenhuma das CPIs que foram conduzidas, reforçando sua ausência de mais um importante núcleo de poder no Legislativo.

5.4 PRESIDÊNCIA DA CMO E RELATORIA DO ORÇAMENTO

Quanto à presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), merece destaque o equilíbrio observado na 56ª legislatura, em que dois parlamentares e duas parlamentares tiveram a oportunidade de ocupar o cargo.

³ Durante a 56ª, foram instaladas 3 CPIs: CPI do Derramamento de Óleo no Nordeste; CPI das Práticas Ilícitas no âmbito do BNDES; e CPI do Rompimento da Barragem de Brumadinho. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/comissoes/comissoes-temporarias/56#legislaturas>. Acesso em 02 mar 2024.

Figura 5 – Presidência da CMO



Fonte: Câmara dos Deputados, 2023

No entanto, esse cenário não se replica quando da análise da relatoria do orçamento, pois nenhuma mulher ocupou essa posição ao longo da 56ª legislatura.

Esse dado é particularmente importante porque a relatoria da Lei Orçamentária reúne um poder de articulação e de centralidade no jogo político muito maior do que o cargo de presidente da CMO. Como mencionado anteriormente, embora a presidência das comissões com temas específicos seja relevante, essa função é predominantemente burocrática. Por outro lado, o relator, especialmente no caso da CMO, possui poder de decisão político muito mais significativo, dado que se torna o parlamentar responsável por definir os rumos do orçamento público.

A Lei Orçamentária é responsável por determinar as políticas públicas que serão beneficiadas pelos recursos federais. Cabe ao relator avaliar essa proposta e organizar a distribuição das emendas parlamentares, que são instrumentos utilizados por deputados e senadores para destinar verbas às suas bases eleitorais. Portanto, relatar o orçamento confere ao parlamentar um capital político extremamente elevado, uma vez que proporciona poder de barganha tanto com o Poder Executivo quanto com os demais membros do Congresso Nacional.

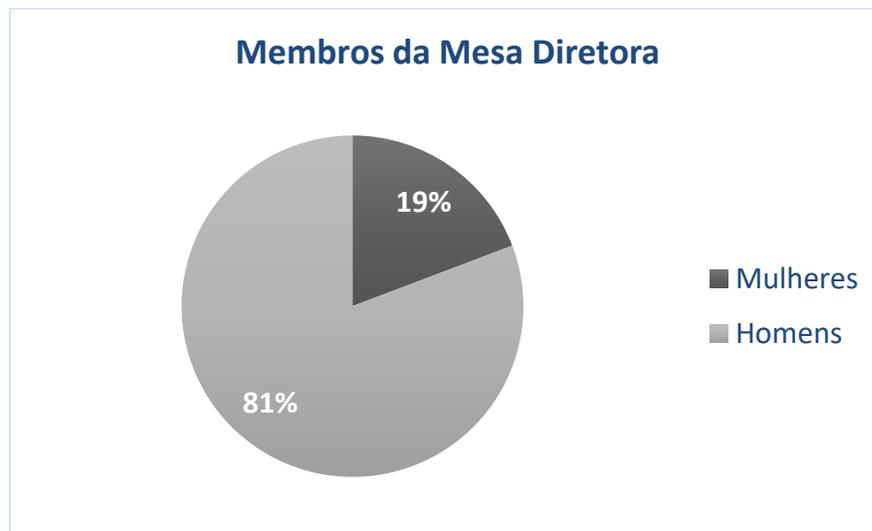
Sendo assim, a despeito do positivo cenário de duas parlamentares terem presidido a CMO na 56ª legislatura, que não deixa de ser uma das comissões mais importantes do Congresso Nacional, o cargo que oferece maior possibilidade de deslocamento para o centro do campo

político é o de relator do orçamento. Este cargo não foi ocupado por nenhuma mulher na 56ª legislatura, ou, mais precisamente, nos últimos 12 anos⁴.

5.5 CADEIRA NA MESA DIRETORA

Finalmente, para a análise da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, foram considerados os deputados federais que ocuparam, em algum momento, algum cargo na Mesa na 56ª legislatura. Conforme os dados, 27 deputados passaram pela Mesa Diretora nessa legislatura, sendo que 5 (19%) eram mulheres, representando 4 pontos percentuais a mais do que a proporção feminina de toda a Casa Legislativa.

Figura 6 – Membros da Mesa Diretora



Fonte: Câmara dos Deputados, 2023

Entretanto, o fato de fazer parte da Mesa não implica, por si só, em grande aquisição de poder. Mais uma vez, todas as mulheres que passaram pela Mesa ocuparam cargos de Secretárias ou Suplentes, enquanto os cargos mais importantes, como Presidente, Vice-Presidente e Primeiro-Secretário, permaneceram predominantemente ocupados por homens.

O cargo de Presidente da Casa é, naturalmente, o mais importante e central no jogo político. Além de ser o segundo na linha de substituição do Presidente da República, esse ator

⁴ A única mulher a relatar o orçamento foi a Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT) em 2011.

detém, entre outras prerrogativas, o poder de definir a pauta de votações do Plenário em conjunto com os líderes partidários, integrar os Conselhos da República e de Defesa Nacional, e decidir, juntamente com o Presidente do Senado, sobre a convocação extraordinária do Congresso Nacional em caso de urgência (Agência Câmara, 2021).

O Primeiro Vice-Presidente, além de assumir interinamente a presidência quando necessário, desempenha a responsabilidade de analisar requerimentos de informação às autoridades, antes da deliberação da Mesa Diretora da Casa, emitindo parecer opinativo sobre seu encaminhamento. Adicionalmente, ele é encarregado de analisar e proferir parecer sobre outras matérias que lhe forem distribuídas.

O Primeiro-Secretário, por sua vez, é reconhecido como o "Prefeito" da Casa, incumbido da supervisão dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados. Os cargos de Segundo Vice-Presidente, e Segundo, Terceiro e Quarto Secretários são caracterizados por atribuições predominantemente administrativas e de influência política limitada, incluindo tarefas como a análise de requerimentos de reembolso, supervisão do programa de estágio universitário e exame de requerimentos de Deputados sobre licença e justificção de faltas (Brasil, 2013).

Diante do exposto, é relevante salientar que, das cinco mulheres que integraram a Mesa Diretora nesta legislatura, apenas a Deputada Soraya Santos assumiu um cargo de maior relevância política, desempenhando a função de Primeira Secretária no ano de 2019. As demais parlamentares ocuparam os cargos de Segunda, Terceira e Quarta Secretárias, além da posição de 2ª Suplente de Secretário, o que reforça o distanciamento das mulheres do núcleo central de poder.

6 RESULTADOS E ANÁLISE: SOB A ÓTICA DAS DEPUTADAS FEDERAIS

Para a análise qualitativa, esta pesquisa entrevistou 9 deputadas federais, sendo 4 filiadas a partidos de esquerda, 2 a partidos de centro e 3 a partidos de direita, com base na classificação da tabela 3. As entrevistas resultaram nos seguintes principais desafios enfrentados pelas parlamentares na busca pela ocupação de cargos centrais e estratégicos na Câmara dos Deputados:

6.1 O TEMPO COMO UM RECURSO ESCASSO

Então para estar aqui em Brasília três dias da semana, as mulheres já têm que se organizar com quem vai cuidar da casa, quem vai deixar a criança na escola, quem vai ficar organizando a casa, quem vai fazer as conduções, enquanto o homem vem despreocupado para os seus três dias de trabalho intenso aqui em Brasília [...] Imagina só uma mulher, uma parlamentar deputada federal presidente da Casa, de um outro estado, mãe de uma criança na primeira infância, 2 anos né, como é que ela consegue conciliar, cuidar da criança e ser presidente de um Parlamento? Então assim, o presidente de um Parlamento fica aqui quase que 24 horas por dia (Deputada Federal, 2, grifos acrescentados).

A divisão sexual do trabalho é fator determinante da assimetria que incide sobre a organização doméstica, influenciando diretamente o aproveitamento do tempo das mulheres. Diferentemente dos homens, elas são orientadas a assumir responsabilidades na esfera privada vinculadas ao cuidado e às tarefas domésticas, o que, por sua vez, afeta sua capacidade de participação na esfera pública (Biroli, 2015).

Responsabilidades em relação ao cuidado de filhos, idosos, pessoas com deficiência e doentes recaem principalmente sobre as mulheres (Perlin e Diniz, 2016; Dos Santos, 2019; Ziesemer, 2021). Nesse contexto, conforme destacado por Biroli (2015), embora não haja barreiras legais que proíbam a participação das mulheres nos espaços públicos, sua subjugação na esfera privada continua a representar uma restrição significativa à sua atuação em outros domínios. O desequilíbrio no acesso a postos de poder e a restrição de tempo resultam em custos substancialmente mais elevados para as mulheres em comparação aos homens na construção de suas carreiras políticas, o que culmina em disparidades em termos de inclusão.

No contexto da atuação política, alguns fatores se complementam ocasionando uma diminuição do tempo de que as mulheres dispõem para se dedicar a essas atividades o que, por

consequência, desestimula seu engajamento, tais como: pressão social de que cabe às mulheres conciliar sua atuação política com o cuidado dos filhos e afazeres domésticos, bem como acesso limitado a redes de contatos que poderiam ampliar suas oportunidades de êxito no campo político (Biroli, 2016).

Vale destacar que essa hierarquia de gênero não afeta todas as mulheres de maneira uniforme, assumindo formas diferenciadas de acordo com as variáveis de classe e raça. No entanto, mesmo no caso de mulheres com maior poder aquisitivo, como as Deputadas Federais, persiste o cenário de utilização diferenciada do tempo em que estão ausentes do trabalho. Embora o impacto seja menor para suas carreiras, essas mulheres ainda dedicam significativamente mais de seu tempo às tarefas do cuidado com comparação aos homens, que geralmente o utilizam para atividades políticas e socialização com seus pares:

Nessa condição, os problemas não estão suspensos (mesmo as mulheres em posição vantajosa dedicam maior tempo aos afazeres domésticos do que os homens, como visto), mas têm seu impacto reduzido pelo acesso a produtos e pela contratação dos serviços de outras mulheres (Biroli, 2016, p. 741).

Desse modo, o impacto da responsabilização diferenciada entre os sexos na esfera privada afeta não apenas a capacidade eleitoral das mulheres, mas também compromete seu desempenho na esfera política. Em outras palavras, a sobrecarga das mulheres nas tarefas domésticas atua como um fator de marginalização intrínseco ao campo político, uma vez que elas têm menos tempo disponível, o que reduz suas oportunidades de estudo, aprimoramento e interação com seus colegas, aspectos particularmente valiosos no contexto político. Esse problema fica evidente na fala das seguintes parlamentares:

E às vezes também, **o fato de a mulher ter a família para cuidar, ter outras atividades extras, isso também interfere bastante no nosso cotidiano.** Porque pegar uma comissão aqui, por exemplo, você tem que ficar estudando a semana toda, o mês todo, não voltar para a sua base, ficar aqui [...] Agora, como é que eu vou pegar uma comissão, que você tem que ficar 24 horas estudando, defendendo aqui, então, também acho que os espaços, a gente não pode falar “porque não permitiram, porque não quiseram”, é porque a gente tem uma tarefa maior e a gente tem que fazer um equilíbrio. E o homem não, se ele se dedicar só a isso, tem homem que é solteiro, que não casou, que separou, que não está nem aí, não tem o valor família. Então, ele se dedica aqui e pronto (Deputada Federal, 5, grifos acrescentados).

Nós mulheres, nós temos uma tripla jornada. As mulheres mesmo por trabalharem fora de casa já têm isso, têm que sair de casa, têm que se preocupar

com o almoço, com o lanche do filho para levar para a escola, para quando volta. Um(a) estudam, muitas vezes deixam de estudar por conta da sua jornada porque o filho, a família vem em primeiro lugar. **Então, aqui para a gente também não é diferente. Nós deixamos as nossas casas, nós deixamos os nossos lares, nós deixamos os nossos maridos, são companheiros, deixamos os filhos**, uns ainda têm filhos menores, é mais difícil, outros já têm a sua independência, mas cada qual tem a sua responsabilidade (Deputada Federal, 7, grifos acrescentados).

A maior quantidade de horas trabalhadas pelas mulheres, no Brasil, de aproximadamente 5 horas a mais de trabalho semanal (IBGE, 2013), não se traduz em um aumento de seu poder econômico, uma vez que a maioria de suas horas é direcionada a atividades não remuneradas e não contabilizadas, tais como afazeres domésticos, cuidado com os filhos e suporte a pessoas idosas ou enfermas. A sobrecarga de trabalho resultante dessas responsabilidades implica em uma disponibilidade reduzida de tempo, tornando desafiadora a participação em iniciativas políticas. Essas obrigações são contínuas e podem prejudicar significativamente a inserção no competitivo mundo político (Miguel; Biroli, 2011).

Portanto, a escassez de tempo assola a vida profissional das mulheres e representa não apenas um fator impeditivo para a sua entrada na arena política, mas também um obstáculo substancial à sua atuação dentro do campo. Os homens, a seu turno, desfrutam de uma maior disponibilidade de tempo para se engajarem nos espaços de poder, participar de missões oficiais e cultivar relacionamentos com seus líderes, o que favorece sua migração para os espaços centrais do campo político.

A questão da formatação do tempo de trabalho político precisa de uma revisão que torne compatível a interação família-política para as mulheres.

6.2 AMBIÇÃO POLÍTICA E AUTOPERCEPÇÃO DE QUALIFICAÇÃO

Primeiro é o fato de eles acharem que a gente não tem capacidade, então “ah, vai votar para ser vice-presidente, mas **não tem capacidade de conduzir a sessão quando for uma sessão polêmica, não tem pulso firme** para conduzir a sessão se for uma votação que precise de um pulso firme”, então foi a primeira barreira a ser vencida (Deputada Federal, 2, grifos acrescentados).

É difícil pensar em mulher em uma posição para debater um tema econômico quando você acha que mulher não sabe nem fazer conta... “puts, vai ter que negociar”, é difícil pensar a mulher nesse papel quando você vê a

mulher debatendo “coisinhas bonitinhas” de saúde, educação, família, etc (Deputada Federal, 6, grifos acrescentados).

Uma abordagem explicativa da sub-representação das mulheres que pode ser invocada para esclarecer a divisão de gênero na arena política é conhecida como “ambição política”. De acordo com essa perspectiva, há cinco categorias de motivações que impulsionam a participação na política: a) sociabilidade: onde a atividade política oferece oportunidades de interação social; b) propósito: reflete uma preocupação com questões sociais; c) fidelidade: seja ao partido ou à comunidade; d) personalismo: caracterizado pela participação em função de um indivíduo específico; e e) ambição política. Para essa visão, padrões culturais moldam a esfera política como predominantemente masculina, o que inibe o despertar de interesses políticos nas mulheres (Miguel; Biroli, 2010).

Apesar de o foco principal dessa teoria ser a motivação feminina para a *entrada* na política, é possível emprestá-la para o contexto pós-entrada na política e explicar os motivos que limitam as mulheres às margens do campo. Após se inserir nesse espaço, principalmente os fatores motivadores “a” (sociabilidade) e “e” (ambição política) parecem resistir e se interligar como desafios à ascensão política das mulheres. Mulheres não possuem a mesma percepção sobre sua qualificação para a arena política, tendo como obstáculo à sua ambição uma autoavaliação muito mais rigorosa acerca de suas qualificações do que a dos homens. Miguel e Biroli (2010) destacam que, no geral, as mulheres se enxergam como menos preparadas para ocupar os cargos públicos.

Em relação ao fator motivador “sociabilidade”, a teoria afirma que os homens possuem relação mais próxima com os ocupantes dos cargos públicos, resultando em uma visão menos idealizada dessas funções. Em contrapartida, a distância das mulheres em relação a esses ocupantes faz com que elas considerem esses cargos como menos acessíveis e sintam que precisam se qualificar muito mais para lográ-los (Miguel; Biroli, 2010). Essa mesma explicação, quando aplicada ao período pós-eleitoral, ilustra como essa realidade influencia a ambição política das mulheres. Dado que os homens interagem mais frequentemente com outros homens, eles estabelecem relações mais próximas com colegas que detêm influência no centro do campo político, fazendo com que não vejam esses postos como de difícil acesso – afinal, seu similar ocupa aquele local.

Por fim, essa vertente entende que o fator motivador “ambição política” para a entrada das mulheres na política é afetado pela *gendered psyche*: os homens possuem maior ambição porque são socialmente instruídos a desenvolver autoconfiança e a promover suas qualidades com mais ênfase do que as mulheres (Miguel; Biroli, 2010).

Estudo conduzido por Richard Fox e Jennifer Lawless (2012) constatou que, independentemente de suas credenciais, as mulheres tendem a se perceber como menos capacitadas:

Independentemente de suas qualificações ou credenciais concretas, as mulheres provavelmente foram socializadas para se perceber como menos qualificadas para entrar na política. Na verdade, quando se solicita que se situem em um contínuo que vai de “nem um pouco qualificado” a “muito qualificado” para concorrer a uma eleição, os potenciais candidatos do sexo masculino em nossa amostra tiveram duas vezes mais probabilidades do que as potenciais candidatas (26% e 14%, respectivamente) de se considerar “muito qualificados” para um cargo eletivo (Fox; Lawless, 2012, p. 143).

O mesmo ocorre quando no ingresso ao campo político: assim que entra nesse espaço, um homem, devido à sua confiança e facilidade de promover a si próprio, opera com menos constrangimento na tentativa de ascender ao centro do poder. Por outro lado, as mulheres enfrentam uma série de constrangimentos internos devido à percepção de que estariam ocupando um lugar o qual foram ensinadas que não lhes pertence.

Dessa forma, embora detenham competência técnica, as mulheres despendem uma quantidade substancial de energia para reafirmar continuamente, para si e para seus pares, sua capacidade, o que resulta em uma situação de subordinação contínua e uma posição de coadjuvante “já que as articulações políticas se dão no nível político, relacional, e são alimentadas pelo conhecimento técnico delas” (Moor, 2023, p. 65).

Esse problema fica evidente nas declarações de algumas parlamentares, que relataram ser percebidas mais como informantes do que como agentes de articulação política:

E você serve, na verdade, como informante, isso também eu me lembro de uma coisa que uma dirigente política me falava, eu achei que era exagero da parte dela e não era: **“o nosso papel se torna um papel de informante, você informa, mas você não está nas reuniões estratégicas, você não articula, você informa para quem de fato tem o poder de fazer o que deve ser feito, então nós não somos dirigente, somos informantes”** (Deputada Federal, 1, grifos acrescentados).

Fica evidente que, apesar de entrarem no campo, padrões e atitudes que reforçam a incapacidade feminina para participar das decisões políticas permanecem ativos e se reproduzem dentro das estruturas do espaço político:

Então a gente passa de fato por essa barreira interna, **a gente precisa todos os dias mostrar que nós temos competência técnica para estar no Parlamento** (Deputada Federal, 2, grifos acrescentados).

[...] pelo menos a minha experiência, é que as pessoas estão sempre se surpreendendo com a minha performance. E antes eu até encarava como um elogio, mas tipo, quando eu entrei no [...], os deputados ficavam me explicando coisas muito idiotas, que eu sabia mais do que eles, que eles se tocaram com o tempo [...] **Sabe, mas é sempre uma expectativa muito baixa em relação à gente** (Deputada Federal, 6, grifos acrescentados).

A sensação que a sociedade tem é de que a mulher não consegue fazer isso, que ela não consegue levar até o fim o trabalho que ela tem, que em algum momento ela vai fraquejar. É essa sensação que o público passa [...] A ponto de eu chegar de ouvir de um empresário assim **“que pena que foi uma mulher que fez tudo isso”**, porque não foi um homem (Deputada Federal, 5, grifos acrescentados).

De forma resumida, o reforço de que as mulheres não são capacitadas para essas posições impacta de duas formas em seu insulamento dos espaços de poder: a primeira, mais pragmática, com a efetiva interposição de barreiras de acesso, tais como a não indicação aos cargos de poder; e a segunda, mais subjetiva, que faz com que as mulheres se percebam como menos qualificadas para a participação política do que os homens.

Como consequência, as mulheres tendem a buscar maior qualificação técnica para compensar a falta de autoconfiança (Moor, 2023). Essa ferramenta foi indicada pelas parlamentares como uma forma de ganhar credibilidade para com seus líderes e pares:

[...] você tem que passar segurança daquilo que você está fazendo. Se eu vou até uma liderança para pautar um projeto importante, eu tenho que me esforçar para **fazer a defesa do meu projeto de forma técnica baseada nas evidências** e nas minhas convicções políticas para eu poder ganhar a admiração dos pares e das lideranças (Deputada Federal, 2, grifos acrescentados).

A mulher conquista o espaço dela com o resultado. Você pode falar seu currículo, pode falar o que você for, se você não mostrar resultado, você não vai conseguir o espaço que você quer. **Tem que provar três vezes mais que você é capaz** (Deputada Federal, 5, grifos acrescentados).

Então, existe a diferença, sim, e eles mandam para quem acho que tem mais potencial. Então, nesse ponto, se você é uma mulher que está com trabalho em destaque, você vai conseguir passar por essas dificuldades. Se não, você vai ser vista como um preenchimento de chapa [...] você tem que estar sempre à vista. Eu não sei como, né, não sei como que é para o homem isso. De verdade, eu **nunca perguntei para um se existe essa dificuldade entre eles, mas o que a gente escuta é que não, né?** (Deputada Federal, 4, grifos acrescentados).

[...] nós somos presentes, nós somos responsáveis, nós apresentamos a quantidade de projetos significativos, os projetos que tem a ver, não é uma coisa sem pé, sem cabeça, só por quantidade, certo? A gente é muito mais empenhada, entendeu? **A gente se empenha muito mais porque para a gente é muito mais difícil estar aqui** (Deputada Federal, 7, grifos acrescentados).

Além da capacitação, algumas parlamentares buscam vencer o problema da autopercepção de qualificação a partir de uma abordagem psicológica, entendendo que a desigualdade de acesso aos espaços de poder não significa falta de competência, mas sim um fruto da desigualdade de gênero, e que essa realidade é uma instituição intrínseca ao seu ambiente de trabalho.

Elas trabalham na construção de sua autoconfiança e buscam acreditar em sua própria capacidade e legitimidade, mantendo consciência desse contexto e adotando métodos de enfrentamento para superar as barreiras de gênero:

[...] eu acho que tem uma coisa que é o psicológico, assim, é muito “fácil” cair num lugar de tipo “eu não fui indicada para o GT porque a outra pessoa é melhor do que eu”, “eu perdi a relatoria porque a outra pessoa tem mais experiência”, [...] é muito fácil encontrar desculpa para as coisas – os outros – e você acreditar nelas. Eu acho que tem um processo de “[...] eu tenho mais voto do que ele, tenho mais legitimidade, eu negocieei isso antes, isso é só uma desculpa que eles encontraram”. Nem sempre eu consigo, muitas vezes eu também caio nesse lugar de “é, fulano é melhor do que eu mesmo”, então eu acho que essa é uma coisa. E é aí quando você está tentando se convencer de que **nunca é sobre merecimento, especialmente na política e, se fosse, você levaria em muitos casos, sabe? Então é falar “tá bom, então vamos para a guerra”** (Deputada Federal, 6, grifos acrescentados).

Hoje o machismo é parte do meu trabalho, né, diferentemente de antes que eu nem pensava sobre, é tão presente quanto é a corrupção, é tão presente quanto é o sistema partidário brasileiro, é tão presente quanto é a polarização, quanto é o voto proporcional, é uma instituição, e **isso não quer dizer que não machuque, que você não se incomode, que eu não chore vários dias, mas colocar nessa caixinha de “é mais uma instituição” e criar estratégias para enfrentar isso, às vezes me ajuda**, acho que é mais isso (Deputada Federal, 6, grifos acrescentados).

6.3 REDE DE INFLUÊNCIA E O OLD BOYS' CLUB

[...] para dar um exemplo concreto, estar conversando sobre política e futebol, eles jogarem futebol juntos, eles saem e vão tomar vinho juntos, e é nesses espaços – que não são os espaços públicos, que são espaços da convivência, que é uma **convivência privada – que grande parte das vezes o vínculo de solidariedade, o vínculo de compromisso mútuo é estabelecido e que, em grande parte das vezes, a política também é decidida** (Deputada Federal, 1, grifos acrescentados).

Uma outra questão que pesa muito é que essas rodas, né, esses espaços, eles são em sua essência masculinos, e **a mulher, ao adentrar nesses espaços prioritariamente masculinos, existe um pouco de confusão ali, da relação da mulher com o parlamentar**. Então, muitas vezes ela é vista como gênero, e não como parlamentar (Deputada Federal, 2, grifos acrescentados).

Os homens possuem redes de relações informais, geralmente cultivadas em ambientes tradicionalmente masculinos, que tendem a favorecer outros homens e a excluir as mulheres. A literatura sugere que essa rede de influência, quando observada no momento pré-eleitoral, desempenha papel fundamental para a entrada na vida política (Miguel; Biroli, 2011). Ademais, essa interação social entre os homens se torna ferramenta importante já dentro do campo político para a ascensão masculina aos cargos de poder.

A teoria do *old boys' club* afirma que a disparidade de promoção no local de trabalho entre homens e mulheres ocorre, em parte, porque os homens podem conversar e fazer *network* com outros homens de uma forma que não acontece entre homens e mulheres. Esse cenário leva ao *self-perpetuating cycle*: devido à maior interação entre funcionários homens com chefes homens nas pausas do trabalho, os chefes tendem a promover predominantemente os funcionários homens, que, por sua vez, continuam promovendo outros homens. Nessa linha, ao analisar o padrão de rotação entre chefias, a autora constatou que a vantagem *male-to-male* na promoção dos funcionários explica cerca de um terço da disparidade salarial de gênero (Cullen, 2019).

Reconhecendo que as relações de gênero não se limitam ao ambiente corporativo privado, mas se estendem a todos os espaços, incluindo o domínio público, é possível identificar mecanismos semelhantes de perpetuação de poder em qualquer cenário que envolva competição por cargos. Ao traçar um paralelo entre “promoção de carreira” e “ascensão política”, torna-se

evidente que as mulheres frequentemente enfrentam desvantagens devido à sua exclusão do *old boys' club* político.

Eventos sociais como *happy hours* entre parlamentares, jantares entre colegas de partido e até mesmo conversas informais dentro dos gabinetes são contextos nos quais as mulheres geralmente se veem excluídas. Quando presentes, a participação delas nesses ambientes predominantemente masculinos muitas vezes é encarada como incômoda, conforme relatado por uma parlamentar:

[...] as vezes na reunião com os colegas, as vezes um fala palavrão, o outro fala “ah, desculpa porque fulana está aqui, ah desculpa fulana porque...” e às vezes eu falo para eles “não, fala o que vocês quiserem, porque quando vocês falam assim, parece que eu tenho que sair daqui, que aqui não é o meu lugar. Então fale à vontade, xingue se quiser e eu vou continuar aqui”. Então assim, sempre tem essa coisa, talvez até por respeito, a gente sente que é uma forma de respeito, mas é um respeito excludente. Aqui todo mundo está conversando e você está atrapalhando, então várias vezes eu já fui a única da bancada e a gente se reúne muito, encontra muito, então **a gente sente sempre que a gente incomoda porque a gente é uma mulher no meio de tantos homens e isso é diferente mesmo** (Deputada Federal, 3, grifos acrescentados).

[...] a gente sabe também, tem um **grupinho dos homens que eles tendem às vezes a evitar, evitar mulheres**, mas eu acho que dependendo muito da ousadia da mulher, da firmeza como ela se coloca, eu acho que isso é perfeitamente superável (Deputada Federal, 8, grifos acrescentados).

O problema reside no fato de que, nesses contextos, decisões são tomadas, acordos são firmados e nomes de futuros líderes são levantados, e as mulheres não estão lá para se fazerem lembradas:

A mulher tem um movimento pendular, casa, trabalho, trabalho, casa. Os homens já saem para beber, para jantar, para conversar. É o que a gente chama de ócio criativo. Ora, eu estou batendo papo, nem faço por mal, mas eu faço assim “ah, estou lá conversando, [...], cuida desse projeto aqui, porque ela está ali no jantar comigo, dou a relatoria para ela”. No dia seguinte, eu digo “puxa, a [...] era especialista nessa matéria, mas eu já dei”. **Como as mulheres não ficam nessas rodinhas de jantar, elas não são lembradas, muitas vezes. Por isso que elas têm que fazer pressão dentro do partido, do presidente, com a bancada feminina, elas têm que estar unidas, da gente impor** (Deputada Federal, 9, grifos acrescentados).

A atividade política demanda, em sua essência, a criação de redes de relacionamento. Naturalmente, sendo a política um ambiente masculino, essas redes são feitas principalmente com os homens. Portanto, cultivar conexões e amizades com eles se torna uma estratégia imperativa nesse jogo de interações.

Não obstante, as mulheres enfrentam diversos obstáculos que dificultam a sua interação nos ambientes de *network* informais. Perlin e Moor (2023) identificaram que as mulheres que trabalham com *lobby* no Congresso têm dificuldade de comparecer aos momentos de descontração e sociabilidade devido à escassez de tempo decorrente da interação família-trabalho:

Como a *old boy's network* é uma rede informal de relações, ela exclui a mulher do processo. E aponta para um ciclo vicioso em que as mulheres têm dificuldades de entrar nos ambientes em que os homens transitam com mais facilidade e, ao mesmo tempo, por estarem de fora, elas não são chamadas a participar. É estar, de fato, dentro do tabuleiro, mas fora do jogo (Perlin; Moor, 2023).

Nesse contexto, ao passo que encontros informais ocupam o tempo de intervalo dos homens, as mulheres dedicam esse período às responsabilidades domésticas e ao cuidado, afinal: “[...] dificilmente um homem deixaria de ir a um encontro de natureza política num restaurante porque precisa estar com os filhos. Para as mulheres, essa é uma rotina” (Perlin; Moor, 2023). Ademais, os locais onde essas interações ocorrem geralmente são permeados por uma cultura masculina, como bares, casas de entretenimento adulto e ambientes esportivos, o que concorre intensificando ainda mais a exclusão das mulheres (Perlin, 2023).

Além disso, o assédio sexual é outro grande entrave à presença das mulheres no *old boys' club*, já que se tratam de ambientes informais nos quais a presença feminina pode ser mal interpretada. Nessa linha, as mulheres adotam constantemente medidas para evitar o assédio, e uma estratégia comum é manter uma postura distante e estritamente técnica, o que reforça seu distanciamento do ambiente descontraído de *networking* no qual decisões importantes são tomadas (Perlin; Moor, 2022).

Assim, da mesma forma como o *old boys' club* é um dos fatores impeditivos para a progressão das mulheres no mercado de trabalho privado, o mesmo fenômeno se reproduz no âmbito político. As mulheres não adotam o mesmo grau de informalidade e proximidade que os

seus colegas do sexo masculino, e isso reduz substancialmente a possibilidade de transformar amizades em reconhecimento e indicação a cargos centrais do campo.

6.4 COMPORTAMENTOS E PAPÉIS TRADICIONAIS DE GÊNERO

Esses espaços de acesso para a mulher também são mais difíceis por serem masculinos e a maioria das mulheres serem casadas. Então, já traz uma dificuldade para dentro dos relacionamentos estar nessas rodas que implicam em estar no horário noturno, entrar pela madrugada, tem pautas importantes que precisam ser deliberadas e decididas fora de um horário específico, então isso acaba inclusive até dificultando os relacionamentos das parlamentares. [...] Não é um problema para o homem, e para a mulher, é um problema. **Para o homem não, então tem sempre aquela cultura de que o homem pode ficar até tarde nas reuniões, tudo isso, a mulher não, já tem essa dificuldade** (Deputada Federal, 2, grifos acrescentados).

[...] Entendo que existe um *ethos* na Câmara que é masculinista, que é a forma como as relações, os tratamentos, os tipos de vocabulário, **tudo gira em torno de uma cultura do masculino que tradicionalmente a nossa sociedade atribuiu e vinculou aos homens** [...] Então, vejo essa reprodução de maneira muito automática, mas ainda mais aprofundada na Câmara. Eu acho que a Câmara é o espaço mais machista que eu já participei na vida (Deputada Federal, 3, grifos acrescentados).

Homens e mulheres orientam-se por papéis de gênero ao se comportar em contextos sociais, fenômeno que também reflete e influencia seus comportamentos políticos. A fala de uma das parlamentares acima exemplifica o casamento como fator limitante à atuação política feminina, enquanto, para os homens, o trabalho em horários noturnos não interfere na dinâmica de suas vidas pessoais.

Diversos elementos de natureza cultural, social e institucional dificultam a inserção de mulheres na esfera política. Alguns são mais visíveis, como restrições relacionadas à disponibilidade de tempo e à constituição de redes de influência. Outros, de caráter mais sutil, incluem a autopercepção de qualificação por parte das mulheres e a influência exercida pelos papéis convencionais de gênero.

O impacto do capital social na capacidade de atuação política dos indivíduos revela-se uma variável relevante no âmbito dos papéis tradicionais de gênero. De acordo com Sacchet (2009), esse tipo de capital, definido pelas as conexões entre indivíduos em uma comunidade, é

um recurso essencial para a garantia da participação política, mas apresenta implicações diferenciadas quando se trata da participação de homens ou de mulheres.

Ao observar a participação cívica de homens e mulheres, Sacchet (2009) identificou maior atuação feminina em atividades relacionadas à família e à comunidade, refletindo seu papel tradicional como cuidadoras e responsáveis pelo bem-estar da família. Por outro lado, os homens são frequentemente incentivados a se envolverem em atividades da esfera pública, o que inclui a política. Contudo, o problema reside no fato de que esses tipos de associações trazem retornos políticos distintos: as associações frequentadas por mulheres são menos efetivas na geração de retorno político-eleitoral, ao passo que as dos homens proporcionam mais recursos políticos e financeiros.

Essa relação fica clara na fala das parlamentares:

[...] todos os espaços de relevância que eu ocupei foram articulações suprapartidárias e articulações mais ligadas à sociedade como um todo. Então, eu ocupo hoje posições bem relevantes [...] Mas, eu vejo que é muito restrito a **essa caixinha de mulheres falando de questões de educação, meio ambiente** - no meu caso, direitos das mulheres, e muito por articulações por fora (Deputada Federal, 6, grifos acrescentados).

[...] E como nós fomos a primeira a pedir, eu pedi logo a Comissão de Finanças de Tributação, que era das indicadas para o partido. E foi muito interessante que aí, nessa hora, eles enlouqueceram. “Mas como as mulheres vão para a Comissão de Finanças?” **É como se naquele momento as mulheres só pudessem entender de economia doméstica, ou de assunto de mulher, ou de relatoria que envolva criança, que envolva mulher, violência contra a mulher** (Deputada Federal, 9, grifos acrescentados).

De maneira semelhante, em estudo realizado por Caldeirinha e Hörst (2017), que examinou a trajetória de mulheres em posições de destaque no campo do *lobby* em Bruxelas, observou-se que os papéis tradicionais exercem uma influência significativa na exclusão das mulheres de esferas de influência. Esses fatores tendem a reforçar a persistente predominância masculina nas elites de poder, transformando-as em territórios predominantemente masculinos.

Portanto, o tipo de capital social adquirido por mulheres pode não ser igualmente eficaz no contexto da política formal, uma vez que não as conduz aos núcleos centrais do poder e da tomada de decisão. Ainda que homens e mulheres tenham níveis comparáveis de capital social, as barreiras baseadas em gênero dificultam a tradução desse capital em representação política efetiva, isto é, em ocupação de espaços centrais de poder (Sacchet, 2009).

Além das expectativas quanto ao tipo de atuação política, outra variável relacionada aos papéis de gênero que foi reiteradamente apontada pelas parlamentares foram as expectativas quanto à aparência e à vestimenta:

O Parlamento, ele ainda é tão arcaico que ele se preocupa ou analisa até a forma como as parlamentares se vestem. **Então, se a parlamentar se apresentar na Casa Legislativa de uma maneira mais informal, ou mais despojada, ela é alvo de críticas por parte de seus colegas.** Se o vestuário que ela utilizar for um vestuário [...] que seja mais leve, isso já também é motivo de falácia para com o grupo que você pertence ali (Deputada Federal, 2, grifos acrescentados).

Moor (2023), ao analisar o trabalho das profissionais de relações governamentais do Brasil, identificou esse mesmo problema, revelando que as mulheres enfrentam uma incessante pressão em relação à sua aparência porque as suas características físicas ainda são um critério importante de valorização ou não no ambiente político:

Essa preocupação tem dois pontos principais: um é estar de acordo com o ambiente político e corporativo, no sentido de usar roupas, calçados e acessórios adequados para o espaço; e outro é passar, por meio das roupas, a mensagem correta, sendo profissional e ao mesmo tempo feminina. A aproximação com o estilo masculino de vestir (terninhos, roupas de cores sóbrias) tende a ser uma saída para as profissionais (Moor, 2023, p. 49).

As mulheres precisam, portanto, empreender uma considerável parcela de seus esforços não apenas em se capacitarem como boas profissionais, boas executivas ou boas parlamentares, mas também para serem reconhecidas como tal em um ambiente onde o padrão é o masculino. Independentemente de suas qualificações, a roupa que uma mulher escolhe para transitar nos espaços de poder serve como um indicador de sua capacidade para estar presente nesses locais:

[...] **a forma como você se porta, a forma como você se veste, se você vai arrumada, se não vai arrumada, tudo é constantemente vigiado, o que não é para o homem.** Eles vão de terno, nós mulheres podemos ir da forma que nós acharmos que devemos ir. No entanto, se de repente eu quiser ir com um vestidinho decotado, eu serei alvo de diversas críticas com a forma da vestimenta (Deputada Federal, 2, grifos acrescentados).

Eu até me sinto mal se eu estiver com uma roupa mais curta, em um momento, por exemplo, de descontração, e estar perto das pessoas do meu relacionamento profissional. Eu não gosto. **Eu sempre busquei estar o mais “correta” possível dentro do que, entre aspas, que é tido como normal para que eu fosse**

respeitada. Então, a maioria das vezes, eu consegui que não atravessassem essa barreira, até esse limite, mas já houve, sim, momentos que quiseram avançar, né, para fazer um comentário deselegante, ou que... “Ah, mas hoje você tá que tá, né?” Então, assim, com comentários que... Alguns você vê que pode ser na amizade, igual a gente vê quando é amizade, e você vê também, você sente, né? Quando não é (Deputada Federal, 4, grifos acrescentados).

Cria-se, assim, uma situação paradoxal, em que as mulheres se veem compelidas a escolher ou estabelecer um equilíbrio entre, por um lado, preservar sua feminilidade – contudo, de maneira moderada, a fim de evitar serem rotuladas como excessivamente femininas e, assim, se sujeitarem ao desprestígio – e, por outro lado, conformar-se aos padrões neutros do masculino, em uma busca por reconhecimento e respeito por parte de seus colegas homens.

Há, ainda, outros estigmas associados ao comportamento feminino que são reproduzidos e servem como reforço do não pertencimento das mulheres aos espaços de poder, tais como o entendimento de que elas não possuem a postura necessária à ocupação de posições de poder. Esse estereótipo foi um dos pontos criticados pelas parlamentares entrevistadas:

Hoje tem uma fala muito forte que contraria as mulheres no poder “mulher, quando é chefe, é muito chata. Mulher tem ciúme de mulher. Mulher persegue mulher. Mulher se veste para outra mulher”. **Isso tudo são falas para impedir que as mulheres ocupem, e elas têm que perceber que não podem reproduzir um negócio desse** (Deputada Federal, 9, grifos acrescentados).

Por fim, outro fator relacionado às expectativas de gênero apontado por alguns parlamentares é a associação entre as mulheres e uma espécie do que seria uma “moral mais elevada”, uma menor tendência se submeter a acordos não republicanos. As parlamentares relataram, inclusive, serem preteridas da participação em determinados espaços devido à presunção de que elas não saberiam “jogar o jogo”:

E na maioria das vezes, quando as tratativas internas políticas, de partidos, de bancadas, **as mulheres muitas vezes são até preteridas dessa participação pelas circunstâncias de a mulher não compactuar com determinadas posições que ainda existem dentro das Casas Legislativas.** A mulher é mais séria, ela é mais centrada, ela é mais ética dentro do Parlamento, e isso faz com que, em determinadas rodas, ela não seja bem vinda pela insegurança dos assuntos que essas determinadas rodas conversam com relação à presença de uma mulher, então isso é fato (Deputada Federal, 2, grifos acrescentados).

Tem uma outra camada, que essa é mais difícil de medir, mas tem estudos internacionais que falam que a presença de mulheres na política leva à diminuição da corrupção, então eu também acho que tem isso assim. **Muitas dessas CPIs, projetos, coisas mais importantes, eles querem colocar alguém que vai “saber jogar o jogo”** – e aí acho que rola um receito de que – que, no meu caso, é um receio bem concreto na verdade – se ela vir alguma coisa errada ela vai denunciar, ela não vai jogar o jogo (Deputada Federal, 6, grifos acrescentados).

Embora seja considerada positiva pelas parlamentares, a associação das mulheres à menor vocação a práticas de corrupção não deixa de incorrer em um estereótipo de gênero, derivado principalmente de sua vinculação às características da empatia e do cuidado. Dessa forma, esse estereótipo também reforça a visão das mulheres como *outsiders* do jogo político e subsidia argumentos que as excluem dos postos de poder.

6.5 PERCEPÇÃO DA EXCLUSÃO DE POSIÇÕES ESTRATÉGICAS DE PODER

Então a gente tem dificuldade de acesso a posições importantes, como dirigir Mesas Diretoras, Coordenar Mesas Diretoras, ser relatoras, conquistar um espaço de destaque de fato dentro das Casas Legislativas. Então eu falo isso com muita propriedade porque eu já passei por isso [...] (Deputada Federal, 2, grifos acrescentados).

Por último, o presente estudo evidenciou a escassa representação feminina nos cargos *hard*, enquanto as mulheres encontram mais oportunidades de participação nas pautas consideradas *soft*. Na 56ª legislatura, sua presença abrangia uma média de 6% a 7% nas comissões vinculadas a assuntos de natureza *hard*, e representava 19% da ocupação dos cargos na Mesa Diretora, sendo designadas, contudo, exclusivamente como Secretárias ou Suplentes.

Esse quadro já foi previamente documentado pela literatura. Miguel e Feitosa (2011) observaram uma concentração mais significativa das mulheres em temáticas *soft* (46,8%) em comparação com os homens (30,8%). Ademais, Perlin (2019) identificou uma condição análoga ao constatar que, ao longo de 82 anos, as mulheres presidiram apenas 41 comissões permanentes, sendo a maioria relacionada à política de natureza *soft*.

As mulheres enfrentam desafios adicionais para alcançar posições estratégicas de poder. Cientes dessa realidade, elas precisam fazer escolhas estratégicas ao decidirem em quais áreas concentrar seus esforços na busca por apoio e indicação de seus líderes:

Acho que o fato de os presidentes de partidos e líderes de partidos serem majoritariamente homens influencia muito porque são eles que fazem as indicações na prática dessas posições que você mencionou, e a gente tende a confiar naquelas pessoas que a gente se vê, que se parecem com a gente. Então nem entrei ainda na questão do machismo, **o fato deles serem homens faz com que eles achem que homens vão dar conta da missão que eles estão escolhendo** [...] Mas, como tudo é um esforço tão grande pra gente – enquanto para os homens é só existirem, sabe – eu acabo escolhendo muito bem, sabe? Porque é muito esforço, é muita energia, você se desgasta muito, então acho que tem isso também, mesmo quando a gente é articulada, consegue se colocar, é determinada, é consciente do machismo, **como a gente vai ter que gastar dez vezes mais tempo do que eles, ou até mais, a gente escolhe de forma muito estratégica que lugares a gente quer estar** (Deputada Federal, 6, grifos acrescentados).

Adicionalmente, ao considerarmos a relação direta entre poder e orçamento na esfera política, a exclusão das mulheres de certas posições parece estar proporcionalmente relacionada ao volume de recursos financeiros sob a responsabilidade dessas posições. Em outras palavras, quando uma determinada função implica um maior poder financeiro, como a relatoria do orçamento, a liderança de ministérios com orçamentos substanciais, a exemplo de Educação e Saúde, ou a ocupação de prefeituras e secretarias municipais de capitais, a quantidade de indicações femininas parece cair consideravelmente:

Aí os fatores são culturais, né? Porque você diz assim “ah a mulher para, interrompe a carreira porque teve filho”, isso não é verdade. Se olhar, por exemplo, o Ministério da Educação, 80%, 75%, 80% é composto por mulheres, com larga escala. Quantas Ministras nós tivemos? Nós tivemos uma, uma única, da educação uma única. E aí, o que me chama atenção para isso? É falta de experiência? Foi gravidez? **Lida com orçamento muito alto. Então, os ministérios que têm importância política ou um orçamento alto, dificilmente tem mulher ali** (Deputada Federal, 9, grifos acrescentados).

O orçamento é claro. Isso é claro como são as secretarias municipais, como as secretarias de Estado, como os ministérios. **Tem dinheiro, não vou botar mulher aqui. Tem dinheiro, não vou botar mulher.** Então, nesse governo, pela primeira vez, está botando uma mulher na saúde. Porque também eram dois ministérios que você nunca ia ver mulher: nem saúde, nem educação, **onde tem mais recurso, mais estrutura, mais poder** (Deputada Federal, 9, grifos acrescentados).

[...] é o mesmo perfil de não ter Ministra. Mulher. De não ter secretária estadual mulher. É o fator econômico. **Onde tem dinheiro, eles acham que só pode ser homem. Como se a mulher não soubesse fazer conta** (Deputada Federal, 9, grifos acrescentados).

Outrossim, ainda que alcancem esses espaços, as parlamentares relataram dificuldades para permanecerem, especialmente devido à falta de credibilidade por parte de seus colegas. Conforme informado, alguns parlamentares impõem dificuldades ao seu trabalho, o que serviria como argumento para a sua futura remoção.

Primeira coisa que você não tem resposta, né [...] Nossa, isso é... Todas as mulheres vão te relatar a mesma coisa, eu tenho certeza, deve ser muito parecido. É impressionante, **você está delegada para fazer, mas não consegue fazer seu trabalho. Você não consegue porque as pessoas não te respondem**, as pessoas não te escutam, eu tenho certeza absoluta que se fosse um homem, seria respondido, não tem escuta mesmo. Aí sabe qual é a consequência? Eu já estou pensando “eu quero me livrar desse cargo e fazer outras coisas”. Porque, se eu não consigo, eu estou delegada, mas eu não consigo fazer o meu trabalho, como eu tenho uma formação feminista, eu não vou ficar surtando com isso, então eu prefiro fazer outras coisas. **É um ciclo vicioso porque você consegue acessar o espaço que, tem hierarquias né, não é um espaço lá em cima, mas é um espaço importante, mas pela reprodução do machismo você não consegue fazer bem o seu trabalho, depois, o seu trabalho vai ser mal avaliado** (Deputada Federal, 1, grifos acrescentados).

Mulher entrega mais. O que eu sinto hoje é assim. Pelo fato de ser mulher, de querer para ontem, resolver aqui, você está com três coisas, a gente sabe se organizar e faz acontecer. **Aí você acaba tendo um destaque, que aí eles falam “opa, segura um pouquinho ali, se não, vamos boicotar um pouquinho, se não ela vai...”** (Deputada Federal, 5, grifos acrescentados).

Em virtude dessas barreiras, as deputadas descreveram dedicar esforços adicionais e investir mais horas do que seus colegas do sexo masculinos para alcançar e manter essas posições. Essa realidade, aliada ao já limitado tempo resultante da sobrecarga de trabalho doméstico, contribui significativamente para a ampliação da exclusão das mulheres dos espaços de poder:

E é gritante para mim o quanto eu tenho menos tempo para lazer, sono e trabalho por conta do machismo. Não é só porque eu tenho que chegar com o cabelo seco e maquiada e os deputados nem trocam de roupa. É isso mesmo, assim, o tempo que eu levo para articular que eles não precisam, sabe? **Então o machismo te rouba horas**, e isso consegue me deixar muito mais [...] do que a questão às vezes da autoestima até (Deputada Federal, 6, grifos acrescentados).

Devido à persistente exclusão das mulheres dos espaços de poder, as parlamentares procuram estabelecer extensas redes de conexões, articulando-se com todos os atores envolvidos

e buscando garantias sólidas de que as posições que ocupam não serão retiradas de suas mãos. Esse esforço, notavelmente mais exigente em comparação aos homens, implica um significativo dispêndio de tempo e energia:

Uma coisa que eu aprendi muito é fazer conexões com absolutamente todo mundo [...] Ai de novo, só é frustrante o tempo que eu gasto com isso, né, que os homens não têm que gastar, mas aí também quando você entra, é uma coisa meio consolidada. Então tem muitas estratégias, mas para mim é mobilizar, é o que eu sei fazer, é falar com absolutamente todo mundo, de um governador com quem você nunca falou, só o necessário, a um líder de partido, até o presidente do diretório da regional de Pirituba de São Paulo, até alguém que acabou de se filiar, porque **se a tua força não vai vir da indicação do “é ele porque ele é homem”, gerar esse movimento meio de fora para dentro, sabe? Até que esse movimento torna teu nome mais natural do que o da outra pessoa que é só homem, uma escolha natural porque ele é homem** (Deputada Federal, 6, grifos acrescentados).

Então, **você tem que ter articulação, sim, de reivindicar dentro do seu partido**. “Ah, eu tenho quatro comissões, que seja uma de mulher, gente, porque tem que ser tudo de homem?” Cada um vai usar os argumentos que quiser, mas as mulheres têm que estar ligadas nisso, todas as mulheres têm que brigar para ter uma vice-líder mulher, senão elas não têm voz no plenário. Relatoria, coordenadora da bancada, tem que estar atenta de buscar matérias importantes (Deputada Federal, 9, grifos acrescentados).

[...] a gente sempre, quando vai ocupar um espaço, se cerca de todas as garantias, a gente já conversa com todo mundo que pode **nos ajudar para não deixar de alguma forma tirarem esse espaço da gente**. Então assim, é um trabalho que com o tempo a gente adquire experiência e vai conseguindo gerir, mas eu sempre falo que **para os homens as portas já estão abertas, nós temos que abrir e trabalhar muito para isso** (Deputada Federal, 3, grifos acrescentados).

Há, ainda, um importante relato que denuncia que a expressão “barreiras” abordada neste estudo não se limita ao uso simbólico do termo, mas representa inclusive fatores de limitação física, isto é, de restrição de acesso a espaços físicos de poder. Para além de retratar os “desafios” enfrentados pelas mulheres na busca por cargos de destaque, a referência às “barreiras de acesso” também diz respeito a uma dificuldade efetiva de transição nos locais onde as decisões são tomadas, o que impacta na atuação parlamentar das mulheres:

Tem uma coisa que é realmente exaustiva, que uma deputada jovem tinha falado quando eu cheguei e eu não acreditei. Ela falou assim **“você vai ser barrada em todos os lugares, então já se acostuma pra você não ficar...”** Eu sou barrada

em todos os lugares, em todos os lugares, você tem que mostrar o pin, você tem que falar, tem que provar quem você é... [...] Então é barreira física sim. E isso é tempo que a gente perde. Aí, quando você chega no lugar, na sala vip, quando você chega na sala vip, estão todos os homens lá, menos você, você chega por último, aí você já chega mais cansada, as fotos já aconteceram. Tem uma coisa também, você sempre chega depois das fotos (Deputada Federal, 1, grifos acrescentados).

[...] por exemplo, eu vou almoçar no 10º andar, assim como vários deputados e deputadas vão. Eu chego lá, sento na mesa, fico assim levantando a mão, levantando a mão, ninguém vê. O meu assessor, que trabalha comigo, ele levanta, na mesma hora e as pessoas veem, acho que tem a ver com o terno, não sei, mas é isso, com o símbolo. O relato dos meus assessores é que o acesso nos Ministérios, o acesso aos outros espaços da Câmara, **quando minha chefe de gabinete vai, é diferente do meu assessor que não é meu chefe de gabinete. Ele consegue acessar, ele não tem dificuldade de acessar, então isso impacta no que a gente consegue dar resposta na Câmara** (Deputada Federal, 1, grifos acrescentados).

Após examinar as vicissitudes enfrentadas pelas deputadas em sua rotina na Câmara dos Deputados, é imprescindível destacar a defesa feita por essas parlamentares pela promoção da inclusão política como um instrumento de criação de uma rede de apoio e de aperfeiçoamento da democracia.

As parlamentares advogaram pela ampliação da presença feminina nos espaços de poder não apenas pela necessidade de maior representatividade, mas também como um meio de facilitar o acesso de outras mulheres a esses locais. Em última instância, a maior presença feminina emerge como uma ferramenta essencial para a transformação da política:

[...] é muito diferente quando tem uma mulher também nesses espaços pra gente conseguir acessar, mesmo quando é uma mulher do escopo ideológico oposto, elas são muito receptivas. Pra mim tem uma coisa, pra mim a estratégia é tentar colocar mais mulheres nesses espaços. Então assim, **eu como mulher deputada, eu vou com todas as minhas energias e forças trabalhar para colocar outras mulheres.** Então esse, para mim, é um princípio importante mesmo (Deputada Federal, 1, grifos acrescentados).

Porque a pauta número um de mulher tem que ser mulher em espaço de decisão. Essa é a pauta da mulher. É a mais importante de todas. Porque é onde ela se coloca que ela vai mudar a política. Onde ela se coloca que ela muda o modus operandi. Então, botem na cabeça. **Porque as pessoas achavam que a pauta feminina era só falar de mulher. Não. Pauta feminina, número um, é mulheres em espaço de decisão.** Para falar de outras coisas e para falar das coisas de mulher. Porque se você não tiver voz, você não muda (Deputada Federal, 9, grifos acrescentados).

Este capítulo se debruçou sobre diversos impedimentos à efetiva inclusão e permanência das mulheres nos espaços de poder, entendidos como aqueles que exercem influência substantiva nos processos de tomada de decisão dentro da esfera política. Ficou evidente que não há um único elemento que explique o insulamento feminino do núcleo do campo político, mas sim uma multiplicidade de variáveis que, de maneira conjunta, contribuem para a segregação das mulheres desse local.

Fatores como papéis de gênero, distribuição desigual do tempo de descanso, ambição política, *old boys' club* e violência política colaboram para a perpetuação desse cenário, independentemente da existência de políticas formais de inclusão feminina na esfera política.

Há que salientar, no entanto, que essa realidade é nociva não apenas para as mulheres, mas para todo o sistema democrático, dado que uma parcela substancial da sociedade é excluída dos processos decisórios. Com efeito, a legitimidade do processo representativo é posta em xeque quando os representantes não dispõem dos recursos necessários para articular e defender as demandas de seus representados.

7 CONCLUSÃO

Os dados encontrados nesta pesquisa revelam que, apesar dos avanços normativos e do tímido aumento numérico de mulheres na Câmara dos Deputados, a presença feminina nos espaços centrais de poder e de tomada de decisão permanece incipiente. Isso não se dá meramente por uma questão de proporcionalidade, mas principalmente por barreiras estruturais de acesso enfrentadas pelas mulheres na política.

Nas comissões, embora sejam minoria, as mulheres ocupam de maneira mais expressiva a presidência dos colegiados de temas *soft*, tendo sua presença reduzida à medida em que se migra para os temas *hard*. Além disso, elas não ocuparam nenhum cargo de poder em CPIs, não relataram o orçamento e não ocuparam os cargos mais prestigiados da Mesa Diretora.

Afinal, essa realidade não haveria de ser diferente, dados os obstáculos enfrentados pelas parlamentares quando entram no campo político. No que diz respeito ao uso de seu tempo, mesmo entre deputadas federais, a hierarquia de gênero persiste com as mulheres dedicando mais horas às responsabilidades domésticas em comparação aos homens. A sobrecarga de trabalho não remunerado impacta negativamente a disponibilidade das mulheres para as atividades políticas, marginalizando-as no cenário político e limitando suas oportunidades de estudo e de interação. Em última análise, a escassez de tempo emerge como um obstáculo significativo para a atuação das mulheres na arena política, enquanto os homens desfrutam de maior disponibilidade para ocupar espaços centrais no campo político.

O desafio da ambição política, por sua vez, remete ao fato de que as mulheres enfrentam obstáculos motivacionais, com uma autoavaliação mais rigorosa de suas qualificações, em parte devido aos padrões culturais que moldam a política como predominantemente masculina. A *gendered psyche* impacta a ambição das mulheres, que, mesmo com competência técnica, gastam considerável energia para superar a percepção da incapacidade. Esse reforço da inadequação feminina gera uma autopercepção subjetiva de falta de qualificação, o que impacta no trânsito das mulheres nos espaços de poder.

Em relação ao desafio das redes de influência, se tornou evidente a importância das relações interpessoais na política e a forma como a exclusão das mulheres do *old boys' club* afeta seu desempenho nesse espaço. A falta de informalidade e de proximidade nas interações das mulheres com os colegas homens, decorrente especialmente da escassez de tempo e do risco de

assédio sexual, reduz significativamente as chances de obterem reconhecimento e indicação para os cargos centrais da política.

O problema dos papéis tradicionais de gênero, a seu turno, evidencia que as mulheres enfrentam barreiras específicas na política decorrentes da socialização de gênero. Elas experienciam desde restrições visíveis, como a formação de redes de influência menos eficazes, até questões mais sutis, incluindo autopercepção de qualificação e as expectativas relacionadas à aparência e vestimenta. Ademais, a análise do capital social revela que, mesmo com níveis comparáveis, as barreiras de gênero impedem que as mulheres traduzam esse capital em representação política efetiva.

Por fim, evidenciou-se a escassa representação feminina nos cargos políticos considerados *hard*, e que as parlamentares precisam fazer escolhas estratégicas para obter apoio e indicação de líderes. Além disso, a relação direta entre poder e orçamento na esfera política contribui para a exclusão das mulheres de certas posições, especialmente aquelas com maior influência financeira. As parlamentares relatam dificuldades para serem vistas como articuladoras, muitas vezes sendo colocadas na posição de "auxiliares", e enfrentam barreiras significativas para permanecer e avançar em suas posições.

Não obstante tenham sido abordadas separadamente neste trabalho, todas as barreiras denunciadas pelas parlamentares representam, em última análise, facetas da violência política de gênero. Recentemente, o Brasil se debruçou sobre esse problema aprovando a Lei de prevenção e combate à violência política, abrangendo condutas como assédio sexual, assédio moral, assédio político, divulgação não autorizada de informações pessoais, ataques misóginos e intimidação. A Lei também contempla qualquer ato que vise à distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, fruição ou exercício dos direitos e liberdades políticas fundamentais, com base no sexo. Todas as barreiras relatadas pelas deputadas federais estão inseridas nesse conceito.

Em simultâneo, para além dos desafios relacionados ao uso do tempo, papéis de gênero ou redes de contato, os atos de violência em si também ficaram evidentes no relato de algumas parlamentares, que denunciaram terem sido alvo de ameaças de morte, comunicações de conteúdo pornográfico e injúrias verbais, especialmente quando começaram a emergir como figuras de destaque no cenário político.

Adotando o conceito de "violência" de Hannah Arendt como uma ferramenta para a preservação do poder quando este é ameaçado, a violência contra as mulheres pode ser

compreendida como uma resposta à perda de poder que os homens detêm sobre elas ou quando percebem que esse poder está ameaçado (Perlin, 2020).

No âmbito político, a violência contra as mulheres resulta, portanto, de uma reação masculina à perda de posições de poder para as mulheres. Essa violência é uma prática social sistêmica enraizada em valores, práticas e instituições sexistas. Além disso, a violência política contra as mulheres não se restringe meramente a uma resposta à ampliação da participação feminina na esfera política, mas representa um empenho deliberado em minar os princípios do feminismo e as agendas voltadas para a igualdade de gênero (Biroli, 2018).

Resumidamente, este trabalho identificou a necessidade da inclusão política das mulheres não apenas com vistas à maior representatividade, mas também como um mecanismo de combate à violência política e, igualmente, como um meio de facilitar o acesso de outras mulheres a esses locais, tornando a liderança feminina nos cargos de poder uma ferramenta essencial para a democracia.

Como destaca Young (2006), a inclusão de novas perspectivas sociais nas decisões políticas possui papel fundamental para a ruptura com uma estrutura política moldada predominantemente por um grupo específico. Incluir a perspectiva feminina permite identificar as lacunas na representação e viabiliza a formulação de políticas públicas que abarquem uma variedade mais ampla de pontos de vista que não se limite apenas à dos homens.

Como já discutido neste trabalho, há indícios de que presença das mulheres impacta positivamente na qualidade das decisões tomadas nos espaços de poder, viabilizando a inserção de outro ponto de vista nas deliberações e, conseqüentemente, reduzindo as disparidades.

Da mesma forma, parlamentares entrevistadas ressaltaram a importância da participação feminina na elaboração das políticas públicas, enfatizando a necessidade da presença de mulheres em posições de poder para defender e priorizar as questões que afetam as mulheres de forma mais eficaz. Um exemplo sublinhado nas entrevistas foi a ocupação do Ministério do Planejamento pela Ministra Simone Tebet, fenômeno que viabilizou a alteração da destinação de recursos às políticas da mulher, que antes se limitava tão somente aos recursos do Benefício de Prestação Continuada (BPC), mas que acabava por restringir o orçamento destinado às demais iniciativas de apoio e proteção à população feminina.

O mesmo parece ocorrer no mercado privado, onde estudos mostraram que a maior presença de mulheres nos cargos de direção das empresas possui impacto positivo nos processos

de tomada de decisão. Seja porque comparecem às reuniões mais preparadas e se mostram mais dispostas a admitir quando não sabem algo (Wiersema; Mors, 2023), seja porque analisam os assuntos com mais cuidado, reduzindo os riscos das decisões (Chen; Leug; Song; Goergen, 2019), as mulheres nos *boards* das empresas têm exercido papel crucial para tomadas de decisão de maior qualidade e segurança.

Entendendo a relevância da presença de mulheres nos espaços de poder, diversas iniciativas têm sido tomadas no sentido de garantir sua inclusão no núcleo desse campo. No que diz respeito às empresas, o Parlamento Europeu aprovou recentemente um acordo que exige que 33% de assentos em conselhos de função executiva sejam ocupados por mulheres (Parlamento Europeu, 2022).

No campo político, a PEC 38/15 visa garantir ao menos um lugar na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e do Senado Federal às mulheres. Já no âmbito do judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está deliberando a implementação de cotas femininas para promoções na magistratura.

Em suma, essas são algumas ações que almejam superar a participação marginal de mulheres no espaço público, reconhecendo a imperatividade de assegurar a sua efetiva atuação nos legítimos processos de tomada de decisão. No entanto, ainda que relevantes, tais iniciativas revelam-se incipientes e escassas.

Nessa perspectiva, destacam-se dois fatores que podem explicar a ausência do debate da efetiva inclusão feminina nos espaços de poder da agenda política: o não reconhecimento de tais barreiras de exclusão como nítidos atos da violência política, uma vez que são ainda muito suavizados por sua subjetividade e fusão com atitudes consideradas normais no dia a dia; e a necessidade de a luta feminina superar ainda a primeira barreira de atuação política, isto é, o simples ingresso na esfera pública, a qual parece estar longe de acabar.

Finalmente, este trabalho se encerra convidando-os a refletir sobre o valor da presença feminina nos espaços de poder não apenas como um imperativo de representatividade essencial ao aprimoramento da democracia, mas como uma oportunidade ao país.

Mais do que um direito, viabilizar a participação de mulheres nos processos de tomada de decisão emerge como uma estratégia fundamental para a mitigação da violência política de gênero, além de revelar-se como uma ferramenta para a elaboração de políticas públicas de forma

abrangente, qualificada e efetiva, contribuindo, assim, para o avanço do desenvolvimento nacional.

É necessário ter mais mulheres nos espaços de decisão, não apenas como um direito das mulheres, mas como uma necessidade para o país. A presença feminina em conselhos, empresas, e na política leva a mudanças nas políticas públicas, uma vez que as mulheres trazem suas perspectivas e vivências para o processo de tomada de decisão. A falta de representação das mulheres no Estado brasileiro afeta a qualidade das leis e políticas, fazendo com que as leis frequentemente "saíam tortas" quando não há a contribuição das mulheres. **A presença das mulheres em cargos de liderança não é uma questão de competição entre sexos, mas uma forma de melhorar os processos e resultados.** É preciso garantir oportunidades para as mulheres crescerem em suas carreiras e não serem limitadas a posições subalternas (Deputada Federal, 9, grifos acrescentados).

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Clara; BIROLI, Flávia. **Mulheres, Mídia e Política**. Redistribuição, Reconhecimento e Representação, Brasília, p. 135-181, 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3049/1/Livro-Redistribuição_reconhecimento_e_representação-diálogos_sobre_igualdade_de_gênero. Acesso em: 13 set. 2022.
- ARAUJO, G. S. S. D. Políticas Afirmativas para Inclusão de Mulheres no Parlamento e as Perspectivas a partir das Eleições de 2018 no Brasil. **Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político - REDESP**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 123-144, dez./2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7607>. Acesso em: 6 set. 2022.
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-681, set./2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/?lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2023.
- BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, p. 81-117, dez./2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/FYNnRDP9FzFYX3hgmNxmV5q/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022.
- BIROLI, Flávia. Violence against Women and Reactions to Gender Equality in Politics. **Politics & Gender**, v. 14, n. 4, p. 681-685, 2018. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/violence-against-women-and-reactions-to-gender-equality-in-politics/AB6B5150F6E594BEA41A3A96879CAAEE>. Acesso em: 21 out. 2023.
- BOA parte da população não tem interesse nenhum por política, diz estudo. **Gazeta do Povo**, 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/brevses/pesquisa-interesse-politica-brasileiros-cnt/>. Acesso em: 28 de set. de 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ato da Mesa nº 95, de 11 de abril de 2013**. Fixa a competência dos membros da Mesa Diretora. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2013/atodamesa-95-11-abril-2013-776128-publicacaooriginal-139991-cd-mesa.html>. Acesso em: 11 dez. 2012.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 117, de 4 de agosto de 2022**. Altera o art. 17 da Constituição Federal para impor aos partidos políticos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres [...]. Brasília, DF, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc117.htm. Acesso em: 05 dez. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.100, de 4 de agosto de 1995**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF, [1995]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9100.htm. Acesso em: 08 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.034, de 4 de agosto de 2009**. Altera as Leis n. 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Brasília, DF, [2009]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021**. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher [...]. Brasília, DF, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm. Acesso em: 05 dez. 2022.

CALDEIRINHA, C. de C.; HÖRST, C. **Women Leading the Way in Brussels**. London: John Harper Publishing, 2017.

CAMPBELL, Rosie; CHILDS, Sarah; LOVENDUSKI, Joni. Do Women Need Women Representatives?. **British Journal of Political Science**, Cambridge University Press, v. 40, n. 1, p. 171-194, jan./2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259375542_Do_Women_Need_Women_Representatives. Acesso em: 4 out. 2022.

CHEN, J.; LEUNG, W. S.; SONG, W.; GOERGEN, M. Why female board representation matters: The role of female directors in reducing male CEO overconfidence. In: **Journal of Empirical Finance**, v. 53, p. 70-90, set. 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0927539819300520>. Acesso em 01 jan. 2024.

CONHEÇA as atribuições do presidente da Câmara dos Deputados. **Agência Câmara**, 2021. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/noticias/721792-conheca-as-atribuicoes-do-presidente-da-camara-dos-deputados/>>. Acesso em: 11 de dez. de 2022.

COTTA, Mayra; FARAGE, Thais. **Mulher, Roupas e Trabalho**: Como se veste a desigualdade de gênero. São Paulo: Editora Paralela, 2022.

CULLEN, Zoë B.; PEREZ-TRUGLIA, Ricardo. The Old Boys' Club: Schmoozing and the Gender Gap. **National Bureau of Economic Research**, Massachusetts, n. 26530, p. 1-46, dez./2019. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w26530>. Acesso em: 3 out. 2022.

DOS SANTOS, Mayara Galvan; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Temporalidades rurais: trabalho feminino, sentidos e organização do tempo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 22, n. 2, p. 199-216, 2019.

FALTA conhecimento do eleitor sobre o sistema político, aponta DataSenado. **Agência Senado**, 2022. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/17/falta-conhecimento-do-eleitor-sobre-o-sistema-politico-aponta-datasenado>>. Acesso em: 20 de set. de 2022.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, p. 175-200. 1995.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. **Social Text**, Duke University Press, n. 25, p. 56-80, 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/466240>. Acesso em: 8 mar. 2022.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. Entrando na arena?: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 8, p. 129-163, ago./2012.

GUIMARÃES, André R.; PERLIN, Giovana; MAIA, Lincon. Do presidencialismo de coalizão ao parlamentarismo de ocasião: análise das relações entre Executivo e Legislativo no governo Dilma Rousseff. In: Perlin, Giovana; Santos, Manoel. (Org.). **Presidencialismo de Coalizão em Movimento**. 1ed. Brasília: Edições Câmara, 2019, v. 1, p. 25-59.

HESSAMI, Zohal; FONSECA, M. L. D. Female political representation and substantive effects on policies: A literature review. **European Journal of Political Economy**, Germany, v. 63, n. 101896, n. p., jun./2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0176268020300446>. Acesso em: 15 nov. 2022.

IPU Parline. (2024). **Global and regional averages of women in national parliaments**. 2024. Disponível em: https://data.ipu.org/women-averages/?date_month=1&date_year=2024. Acesso em: 27 fev 2024.

LIMA, Maria; ALMEIDA, Maria; LIMA, Cristiane. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa de enfermagem. **Revista gaúcha de enfermagem**. Porto Alegre, v. 20, n. especial, p. 130-142, 1999. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23461/000265980.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 mai. 2023.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. (1998). **Bases institucionais do presidencialismo de coalizão**. Lua Nova, n. 44, p. 81-106.

LIMONGI, F. M. P.; FIGUEIREDO, A. (2009) Poder de agenda e políticas substantivas. In: INÁCIO, M.; RENNÓ, L. (Org.). **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

MANIN, Bernard; URBINATI, Nadia. **Revista Dois Pontos**. Entrevista concedida a Hélène Landemore. *Revista Dois Pontos*, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 143-156, out./2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas Sociais e Dominação Simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], v. 18, n. 36, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31626>. Acesso em: 05 dec. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (2011). **Caleidoscópio convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Ed. Unesp.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 653-679, dez./2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VXvt64f7BzmgKcvxdmQR8Zr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. Dados: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, mar./2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000100006. Acesso em: 05 out. 2022.

MONTEIRO, Ester. Lobby do Batom: marco histórico no combate a discriminações. **Agência Senado**, 06 mar./2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>. Acesso em 02 mar. 2023.

MOOR, Francine. **Mulheres e Lobby no Parlamento Brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023.

PARLAMENTO EUROPEU. **Women on Boards Deal to Boost Gender Balance in Companies**. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20220603IPR32195/women-on-boards-deal-to-boost-gender-balance-in-companies>. Acesso em: 01 jan. 2024.

PERLIN, G. D. B.; MOOR, Francine. **Mulheres e lobby no Congresso Nacional**: Desafios de Jogar dentro de um Clube de Homens. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023.

PERLIN, G.D.B. É errado amar demais? Quando a intervenção em casos de violência contra a mulher se apoia em estereótipos de gênero. Em Melo, E e Assad, T. (coord.) **Advocacia criminal feminista**. São Paulo: Tirant lo Blanch Brasil, 2020. p. 299-312.

PERLIN, G.D.B. **Old boys' club na política brasileira**: implicações para a representação feminina. No prelo. 2023.

PERLIN, G. D. B.. Sub-representação feminina no sistema de comissões parlamentares: um indicador da exclusão das mulheres do jogo político. In: Perlin, Giovana; Santos, Manoel. (Org.). **Presidencialismo de Coalizão em Movimento**. Brasília: Edições Câmara, 2019, v. 1, p. 459-479.

PERLIN, G. D. B. et al. (2016). Women's presence in the Brazilian Chamber of Deputies and political representation: how women represent women? **WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE**, 24., 2016, Poznan, Poland. Panels. Disponível em: <https://wc2016.ipasa.org/my-ipasa/events/istanbul2016/paper/womens-presence-brazilian-chamber-deputies-and-political-represent>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PERLIN, G. D. B., & Diniz, G. R. S. (2016). Políticas Familiarmente Responsáveis no Brasil: Interação Família-Trabalho nas Agendas de Políticas Estatais e Organizacionais / Family-Responsible Policies In Brazil: Family-Work Interaction In Organizational And Public Policies. **E-Legis** – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, v. 9, n. 20, p. 119–137. Disponível em: <<https://doi.org/10.51206/e-legis.v9i20.232>>. Acesso em: 24 set. 2023.

PITKIN, Hanna F. 1967. **The Concept of Representation**. Berkeley: University of California.

PITKIN, Hanna F. Representation and Democracy: Uneasy Alliance. **Scandinavian Political Studies**, USA, v. 27, n. 3, p. 335-342, 2004. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9477.2004.00109.x>. Acesso em: 8 fev. 2022.

PITKIN, Hanna F. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006.

PORTO, Maria; LIMA, Fernando; ACIOLI, Witalo. **Mulheres na política**: trajetória e produção legislativa em um período de crise de representatividade. 2019. 23 f. Artigo para apresentação no X Congresso Ciência Política Latino-Americana, da Associação Instituto Latino-Americano de Ciência Política (ALACIP). Centro Universitário Tabosa de Almeida da Associação Caruaruense de Ensino Superior (ASCES-UNITA). Disponível em: <https://alacip.org/?todasponencias=mulheres-na-politica-trajetoria-e-producao-legislativa-em-um-periodo-de-crise-de-representatividade>. Acesso em 08 ago. 2022.

SACCHET, T. (2009). Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 306-332. Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo.

SANCHEZ, Beatriz. **Quem são e o que fazem as parlamentares brasileiras?** Uma análise do perfil biográfico e da produção legislativa da bancada feminina. 2015. 26 f. Artigo para apresentação no V Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP. Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Sanchez-Beatriz.pdf>. Acesso em 15 set. 2022.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 3 mar. 2023.

SOUZA, João. R. Political Dynasties in Brazilian Parliament and its Ideological Profile: An Analysis of the 55th Legislature. **Sem Aspas**, Araraquara, v. 9, n. 2, p. 261-274, dez./2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29373/sas.v9i2.14634>. Acesso em: 3 set. 2021.

Tribunal Superior Eleitoral (TSE). (2022). **Eleições 2022**: mulheres são a maioria do eleitorado brasileiro. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/eleicoes-2022-mulheres-sao-a-maioria-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em: 27 fev 2024.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 191-268, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/4qsH3GhJPTTnmmMhJg8jkhB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2022.

YOUNG, Iris Marion. Representação Política, Identidade e Minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

WIERSEMA, M. F.; MORS, M. L. Women Directors and Board Dynamics: Qualitative Insights from the Boardroom. In: **Journal of Management**, v. 0, n. 0, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/01492063231173421>. Acesso em: 01 jan. 2024.

ZIESEMER, Nadine de Biagi Souza et al. Cuidadores de idosos: a percepção dos fatores que impactam sua qualidade de vida. **Revista Sítio Novo**, v. 5, n. 3, p. 62-74, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – chave classificatória dos cargos da 56ª legislatura para análise quantitativa

Cargos *hard politics*:

1. Presidência das Comissões Permanentes <i>hard politics</i>
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
Comissão de Desenvolvimento Urbano
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços
Comissão de Finanças e Tributação
Comissão de Minas e Energia
Comissão de Viação e Transportes
Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
2. Presidência e Relatoria das Comissões Especiais <i>hard politics</i>
Comissão Especial de Documentos Sigilosos (Resolução 29/93)
Comissão Especial Veda Encargo sem Previsão no Orçamento (PEC 122/15)
Comissão Especial sobre o Fundo de Participação dos Municípios (PEC 391/17)
Comissão Especial sobre a Convalidação Atos Admin. Do Tocantins (PEC 397/17)
Comissão Especial sobre o Código de Processo Penal (PL 8045/10)
Comissão Especial sobre o Código Brasileiro de Energia Elétrica
Comissão Especial sobre os Subsídios Tributários e Creditícios
Comissão Especial sobre Banco Central Regular Moedas Virtuais (PL 2303/15)
Comissão Especial sobre Vedação de Eleição em Data Próxima Feriado (PEC 125/11)
Comissão Especial sobre o Orçamento Impositivo (PEC 034/19)
Comissão Especial sobre Transferência a Estados e Municípios – LOA (PEC 048/19)
Comissão Especial sobre Parcerias Público-Privadas (PL 7063/17)
Comissão Especial sobre Proteção Social dos Militares (PL 1645/19)
Comissão Especial sobre a Reforma Tributária (PEC 045/19)
Comissão Especial sobre o Código de Trânsito Brasileiro (PL 3267/19)
Comissão Especial sobre Startups (PLP 146/19)
Comissão Especial sobre o Fundo de Desenvolvimento Econômico (PL 1440/19)
Comissão Especial sobre Competência Legal para Investigação
Comissão Especial sobre Prisão em 2ª Instância (PEC 199/19)
Comissão Especial sobre Permuta entre Juízes (PEC 162/19)
Comissão Especial sobre Cédulas Físicas para Plebiscitos (PEC 135/19)
Comissão Especial sobre Ações Contraterroristas (PL 1595/19)
Comissão Especial sobre Composição do CNMP (PEC 005/21)
Comissão Especial sobre a Reforma Administrativa (PEC 032/20)
Comissão Especial sobre Incentivos Fiscais – Lei de Informática (PEC 010/21)
Comissão Especial para Modificar Regime de Precatórios da União (PEC 023/21)
Comissão Especial sobre Idade Máxima Nomeação Membros Tribunais (PEC 032/21)
Comissão Especial sobre o Sistema Tributário Nacional (PEC 007/20)

Comissão Especial sobre Expansão Livre Mercado Setor Elétrico (PL 0414/21)
Comissão Especial sobre Requisitos Admissibilidade Resp. STJ (PEC 039/21)
Comissão Especial sobre Competitividade para Biocombustíveis (PEC 015/22)
3. Presidência e Relatoria das CPIs que funcionaram na 56ª legislatura
CPI do Rompimento da Barragem de Brumadinho
CPI das Práticas Ilícitas no âmbito do BNDES
CPI do Derramamento de Óleo no Nordeste
4. Presidência da CMO e Relatoria do Orçamento
5. Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Cargos *soft politics*:

1. Presidência das Comissões Permanentes <i>soft politics</i>
Comissão de Defesa do Consumidor
Comissão de Direitos Humanos e Minorias
Comissão de Educação
Comissão de Seguridade Social e Família
Comissão de Legislação Participativa
Comissão de Turismo
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Comissão de Cultura
Comissão do Esporte
Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
2. Presidência e Relatoria das Comissões Especiais <i>soft politics</i>
Comissão Especial sobre Superendividamento do Consumidor (PL 3515/15)
Comissão Especial sobre o Fundeb (PEC 015/15)
Comissão Especial sobre Sistema Único de Assistência Social (PEC 383/17)
Comissão Especial sobre Portabilidade da Conta de Luz (PL 1917/15)
Comissão Especial sobre Reclusão por Maus-Tratos a Animais (PL 1095/19)
Comissão Especial sobre Política de Mobilidade Urbana (PL 4881/12)
Comissão Especial sobre Combate ao Câncer no Brasil
Comissão Especial sobre o Devedor Contumaz (PL 1646/19)
Comissão Especial que Atualiza o Marco do Sanemaneto Básico (PL 3261/19)
Comissão Especial sobre Despesas de Instituições Federais Ensino (PEC 024/19)
Comissão Especial sobre o Programa Bolsa Família (PL 6072/19)
Comissão Especial sobre o Estatuto do Aprendiz (PL 6461/19)
Comissão Especial sobre Lei Pelé (PL 1153/19)
Comissão Especial sobre Aplicação Recursos Candidatura Feminina (PEC 018/21)
Comissão Especial que altera ADCT sobre Aplicação Recursos Ensino (PEC 013/21)
Comissão Especial sobre o Piso Salarial Nacional da Enfermagem (PEC 011/22)

Cargos *middle politics*:

1. Presidência das Comissões Permanentes <i>middle politics</i>
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
2. Presidência e Relatoria das Comissões Especiais <i>middle politics</i>
Comissão Especial para Autorizar Radioisótopos para Pesquisa (PEC 517/10)
Comissão Especial sobre os Planos de Saúde (PL 7419/06)
Comissão Especial sobre Medicamentos Formulados com Cannabis (PL 0399/15)
COMISSÃO ESPECIAL - PL 10887/18 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
Comissão Especial sobre a Previdência social (PEC 006/19)
Comissão Especial sobre Dados Pessoais como Direitos Fundamentais (PEC 017/19)
Comissão Especial sobre Formação Técnica Profissional (PL 6494/19)

APÊNDICE B – Questionário utilizado nas entrevistas

Dados de controle (não serão divulgados):

Nome:

Partido:

Quantidade de legislaturas:

Roteiro:

“Sou aluna do Mestrado Profissional da Câmara e o meu tema de pesquisa é a representatividade feminina em posições estratégicas de poder dentro do Poder Legislativo. Meu objetivo é identificar as barreiras de acesso e permanência enfrentadas pelas deputadas federais para alcançarem posições de poder e de tomada de decisão dentro da Câmara dos Deputados.

Por exemplo, dos 27 deputados que ocuparam a Mesa Diretora na 56ª legislatura, apenas 5 (19%) eram mulheres; apenas uma mulher em toda a nossa história relatou o orçamento; e de todas as CPIs que atuaram na 56ª legislatura, nenhuma teve uma mulher como presidente ou relatora. Ou seja, mesmo quando conseguem se eleger, poucas mulheres ocupam os cargos mais centrais de poder.

A ideia da minha pesquisa, portanto, é conversar diretamente com vocês deputadas para captar suas perspectivas sobre isso, ou seja, se acham que a reduzida quantidade de mulheres nos espaços mais centrais ao campo político é simplesmente uma questão numérica ou se reflete barreiras e impedimentos decorrentes da desigualdade de gênero.

Eu irei identificá-las apenas por números, mantendo o anonimato, e gostaria de poder gravar a nossa conversa apenas para posterior transcrição, mas que será apagada logo em seguida, como eu me comprometo neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Além disso, a senhora pode se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar.”

1. **Pergunta inicial:** considerando o cenário de desigualdade de ocupação de posições de poder dentro do Parlamento, eu gostaria de saber sua opinião com base em sua experiência política: porque acha que isso acontece? Qual é a sua avaliação geral sobre

isso?

2. A senhora já ocupou algum cargo central de poder, como por exemplo: presidência de comissão, relatoria em Plenário de alguma proposta importante do Poder Executivo, presidência ou relatoria de CPI, liderança de partido, cargo na Mesa Diretora, ou outro que considera relevante destacar?
3. Quais são os principais desafios ou obstáculos que a senhora entende que as deputadas enfrentam quando disputam por esses cargos de poder dentro da Câmara dos Deputados?
4. A senhora já enfrentou algum desses desafios quando tentava alcançar algum cargo e que considera que não enfrentaria se fosse homem?
5. Se nunca experienciou nenhum tipo de obstáculo nesse sentido na Câmara dos Deputados, se recorda de já ter vivido em algum outro momento em sua carreira política?
6. Conhece alguma mulher que já passou por algum tipo de obstáculo nesse sentido?
7. Como a senhora busca lidar com esses obstáculos no dia a dia? Adota algum tipo de ferramenta ou postura específica quando precisa negociar com os demais parlamentares?
8. Por fim, gostaria de fazer mais algum comentário sobre esse assunto? Acrescentar alguma informação que considere relevante para esse estudo?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO⁵

(Modelo aprovado pelo Colegiado do Mestrado com base na Resolução CNS 466/2012. Compete ao pesquisador apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/CONEP com vistas à aprovação ética, segundo Art.28 da Resolução CNS 510/2016)

*** preenchido pelo pesquisado ou com informações fornecidas por ele**
****preenchidos pelo responsável da pesquisa antes do envio/entrega aos sujeitos da pesquisa**

Eu, _____,
nacionalidade _____, **idade** _____, **estado civil**
_____ **e RG** _____, estou sendo convidada a participar de um estudo denominado ***A Desigualdade de Gênero no Poder Legislativo: uma análise das barreiras de acesso das mulheres aos cargos de poder*** cujos objetivos e justificativas são: ***identificar as barreiras de acesso e permanência enfrentadas pelas deputadas federais para alcançarem posições estratégicas de poder e de tomada de decisão dentro da Câmara dos Deputados.***

A minha participação no referido estudo será no sentido de contribuir para identificar os obstáculos enfrentados pelas Deputadas Federais na ocupação dos espaços centrais do campo político.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, que meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Estou ciente, ainda, de que **a entrevista será gravada para posterior transcrição, mas que será logo em seguida apagada pela pesquisadora.**

⁵ A adoção do TCLE é obrigatória antes de qualquer coleta de dados que envolva seres humanos (Resolução CNS nº 466 de 2012).

O TCLE deve ser mantido em arquivo por 5 anos juntamente com os demais documentos da pesquisa.

Também fui informada de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar.

As pesquisadoras envolvidas com o referido projeto são a discente Heloísa de Medeiros Diniz, e a docente Giovana Dal Bianco Perlin, vinculadas ao Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados – CEFOR, e com eles poderei manter contato pelo telefone (61) 9 9912-0112 e pelo e-mail heloisadiniz95@gmail.com.

É assegurado o **livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências**, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendidos a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu **livre consentimento em participar**, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. No entanto, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, **serei devidamente indenizado**, conforme determina a lei.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo contatar a Seção de Apoio à Pesquisa, da Coordenação de Pós-Graduação, Centro de Formação Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (61) 3216-7687 / 3216-7682 ou mandar e-mail para sepes.cefor@camara.leg.br.